









Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais

Em 31 de dezembro de 2014







Balanços patrimoniais 3 Demonstrações dos resultados abrangentes. 5 Demonstrações dos resultados abrangentes. 6 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7 Demonstrações dos fluxos de caixa 8 Demonstrações dos valor adicionado. 9 NOTAS EXPLICATIVAS 1. Informações gerais 10 2. Base de preparação. 17 3. Princípios de consolidação 25 4. Das autorizações 26 5. Comercialização de energia 27 6. Segmentos operacionais. 28 7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. 30 8. Contas a receber de clientes. 30 9. Impostos a recuperar 31 10. Adiantamentos a fornecedores. 31 11. Cauções e depósitos vinculados 31 12. Impostos diferidos 33 31. Investimentos 34 44. Ativo Imobilizado 47	ÍNI	DICE	(Página
Demonstrações dos resultados 5 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 9 NOTAS EXPLICATIVAS 8 Informações gerais 10 2 Base de preparação 17 3. Princípios de consolidação 25 4. Das autorizações 26 5. Comercialização de energia 27 6. Segmentos operacionais 28 7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras 30 8. Contas a receber de Cleintes 30 9. Impostos a recuperar 31 10. Cações e depósitos vinculados 31 11. Cações e depósitos vinculados 31 12. Impostos diferidos 33 13. Investimentos 34 14. Ativo Imobilizado 47 15. Fornecedores. 54 16. Empristos a recolher cocytes, fiscas e trabalhistas 63 17. Provisão para riscos cíveis, fiscas es trabalhistas 64 20. Provisão para riscos cíveis, fiscas es trabalhistas 65 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas 65<	Bal	ancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados abrangentes. 6 Demonstrações dos mutações do patrimônio líquido. 7 Demonstrações dos fuxos de caixa 8 Demonstrações do valor adicionado. 9 NOTAS EXPLICATIVAS 9 NOTAS EXPLICATIVAS 10 2. Base de preparação. 17 3. Princípios de consolidação. 25 4. Das autorizações. 26 5. Comercialização de energia. 27 6. Segmentos operacionais. 28 7. Caixa e a equivalentes de caixa e aplicações financeiras. 30 8. Contas a receber de clientes. 30 9. Impostos a recuperar. 31 10. Adiantamentos a fornecedores. 31 11. Cauções e depósitos vinculados. 31 12. Impostos diferidos. 33 13. Investimentos. 34 14. Ativo Imobilizado. 47 15. Fornecedores. 54 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures. 55 17. Impostos a recolher. 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras. 62 19. Prov			
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7 Demonstrações do valor adicionado 8 Demonstrações do valor adicionado 9 NOTAS EXPLICATIVAS 1 1. Informações gerais. 10 2. Base de preparação. 17 3. Princípios de consolidação 25 4. Das autorizações 26 5. Comercialização de energía. 27 6. Segmentos operacionais 28 7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras 30 8. Contas a receber de clientes. 30 9. Impostos a recuperar. 31 10. Adiantamentos a fornecedores. 31 11. Cauções e depósitos vinculados 31 12. Impostos diféridos 33 13. Investimentos. 34 44. Ativo Imobilizado. 47 45. Fornecedores 54 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures. 55 17. Impostos a recolher. 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras 63 19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas 64			
Demonstrações dos fluxos de caixa 8 Demonstrações do valor adicionado 9 NOTAS EXPLICATIVAS 10 2. Base de preparação 17 3. Princípios de consolidação 25 4. Das autorizações 26 5. Comercialização de energia 27 6. Segmentos operacionais 28 7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras 30 8. Contas a receber de clientes 30 9. Impostos a recuperar 31 10. Adiantamentos a fornecedores 31 11. Cauções e depósitos vinculados 31 12. Impostos diferidos 33 13. Investimentos 34 14. Ativo Imobilizado 47 15. Fornecedores 55 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures 55 17. Impostos a recolher 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras 63 19. Provisão para custos socioambientais 65 20. Provisão para custos socioambientais 65 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas 65 2			
Demonstrações do valor adicionado. 9 NOTAS EXPLICATIVAS 1. 1. Informações gerais. 17 2. Base de preparação. 17 3. Princípios de consolidação 25 4. Das autorizações. 26 5. Comercialização de energia 27 6. Segmentos operacionais 28 7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras 30 8. Contas a receber de clientes. 30 9. Impostos a recuperar. 31 10. Adiantamentos a fornecedores. 31 11. Cauções e depósitos vinculados 31 12. Impostos diferidos 33 13. Investimentos. 34 14. Ativo Imobilizado. 47 15. Fornecedores. 54 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures. 55 17. Impostos a recolher. 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras 63 19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas. 64 20. Provisão para custos socioambientais. 65 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas 65			
Informações gerais 10 10 2 Base de preparação 17 17 17 17 17 17 17 1			
1. Informações gerais. 10 2. Base de preparação. 17 3. Princípios de consolidação 25 4. Das autorizações. 26 5. Comercialização de energia. 27 6. Segmentos operacionais 28 7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras 30 8. Contas a receber de clientes. 30 9. Impostos a recuperar. 31 10. Adiantamentos a fornecedores. 31 11. Cauções e depósitos vinculados 31 12. Impostos diferidos 33 13. Investimentos 34 14. Ativo Imobilizado 47 15. Fornecedores. 54 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures 55 17. Impostos a recolher. 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras 63 19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas 64 20. Provisão para custos socioambientais 65 21. Patrimônio lí	Dei	monstrações do vaior adicionado	······································
2. Base de preparação 17 3. Princípios de consolidação 25 4. Das autorizações 26 5. Comercialização de energia 27 6. Segmentos operacionais 28 7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras 30 8. Contas a receber de clientes 30 9. Impostos a recuperar 31 10. Adiantamentos a fornecedores 31 11. Cauções e depósitos vinculados 31 12. Impostos diferidos 33 31. Investimentos 34 44. Ativo Imobilizado 47 15. Fornecedores 54 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures 55 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures 55 17. Impostos a recolher 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras 63 19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas 64 20. Provisão para custos socioambientais 65 21. <td< th=""><th>NO</th><th>TAS EXPLICATIVAS</th><th></th></td<>	NO	TAS EXPLICATIVAS	
3. Princípios de consolidação 25 4. Das autorizações 26 5. Comercialização de energia 27 6. Segmentos operacionais 28 7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras 30 8. Contas a receber de clientes 30 9. Impostos a recuperar 31 10. Adiantamentos a fornecedores 31 11. Cauções e depósitos vinculados 31 12. Impostos diferidos 33 13. Investimentos 34 14. Ativo Imobilizado 47 15. Fornecedores 54 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures 55 17. Impostos a recolher 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras 63 19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas 64 20. Provisão para custos socioambientais 65 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas 65 22. Receita líquida 69 23.	1.	Informações gerais	10
4. Das autorizações. 26 5. Comercialização de energia. 27 6. Segmentos operacionais. 28 7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras 30 8. Contas a receber de clientes. 30 9. Impostos a recuperar. 31 10. Adiantamentos a fornecedores. 31 11. Cauções e depósitos vinculados 31 12. Impostos diferidos 33 13. Investimentos. 34 14. Ativo Imobilizado. 47 15. Fornecedores. 54 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures. 55 17. Impostos a recolher. 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras. 63 19. Provisão para custos socioambientais. 64 20. Provisão para custos socioambientais. 65 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas. 65 22. Receita líquida. 69 23. Custos e despesas. 70 24. Resultado financeiro. 71 25. Imposto de renda e contribuição social 72 26. Transações com partes relacionadas 73 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.	2.	Base de preparação	
5. Comercialização de energia 27 6. Segmentos operacionais 28 7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras 30 8. Contas a receber de clientes 30 9. Impostos a recuperar 31 10. Adiantamentos a fornecedores 31 11. Cauções e depósitos vinculados 31 12. Impostos diferidos 33 3. Investimentos 34 4. Ativo Imobilizado 47 15. Fornecedores 54 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures 55 17. Impostos a recolher 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras 63 19. Provisão para custos socioambientais 64 20. Provisão para custos socioambientais 65 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas 65 22. Receita líquida 69 23. Custos e despesas 70 24. Resultado financeiro 71 25. Imposto de ren	3.	Princípios de consolidação	25
6. Segmentos operacionais 28 7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras 30 8. Contas a receber de clientes 30 9. Impostos a recuperar 31 10. Adiantamentos a fornecedores 31 11. Cauções e depósitos vinculados 31 12. Impostos diferidos 33 13. Investimentos 34 14. Ativo Imobilizado 47 15. Fornecedores 54 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures 55 17. Impostos a recolher 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras 63 19. Provisão para ciscos cíveis, fiscais e trabalhistas 64 20. Provisão para custos socioambientais 65 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas 65 22. Receita líquida 69 23. Custos e despesas 70 24. Resultado financeiro 71 25. Imposto de renda e contribuição social 72 26.	4.	Das autorizações	26
7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras 30 8. Contas a receber de clientes 30 9. Impostos a recuperar 31 10. Adiantamentos a fornecedores 31 11. Cauções e depósitos vinculados 31 12. Impostos diferidos 33 13. Investimentos 34 14. Ativo Imobilizado 47 15. Fornecedores 54 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures 55 17. Impostos a recolher 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras 63 19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas 64 20. Provisão para custos socioambientais 65 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas 65 22. Receita líquida 69 23. Custos e despesas 70 24. Resultado financeiro 71 25. Imposto de renda e contribuição social 72 26. Transações com partes relacionadas 73 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos 77 28. Lucro por a ção 86 30. Compromissos 86 31. Transações não envolvendo caixa <t< td=""><td>5.</td><td>Comercialização de energia</td><td>27</td></t<>	5.	Comercialização de energia	27
7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras 30 8. Contas a receber de clientes 30 9. Impostos a recuperar 31 10. Adiantamentos a fornecedores 31 11. Cauções e depósitos vinculados 31 12. Impostos diferidos 33 13. Investimentos 34 14. Ativo Imobilizado 47 15. Fornecedores 54 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures 55 17. Impostos a recolher 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras 63 19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas 64 20. Provisão para custos socioambientais 65 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas 65 22. Receita líquida 69 23. Custos e despesas 70 24. Resultado financeiro 71 25. Imposto de renda e contribuição social 72 26. Transações com partes relacionadas 73 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos 77 28. Lucro por a ção 86 30. Compromissos 86 31. Transações não envolvendo caixa <t< td=""><td>6.</td><td>Segmentos operacionais</td><td>28</td></t<>	6.	Segmentos operacionais	28
8. Contas a receber de clientes. 30 9. Impostos a recuperar. 31 10. Adiantamentos a fornecedores. 31 11. Cauções e depósitos vinculados 31 12. Impostos diferidos. 33 13. Investimentos. 34 14. Ativo Imobilizado. 47 15. Fornecedores. 54 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures. 55 17. Impostos a recolher. 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras 63 19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas. 64 20. Provisão para custos socioambientais. 65 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas. 65 22. Receita líquida 69 23. Custos e despesas 70 24. Resultado financeiro 71 25. Imposto de renda e contribuição social 72 26. Transações com partes relacionadas 73 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos 77 28. Lucro por ação 86 30. Compromissos 86 31. Transações não envolvendo caixa 88	7.		
9. Impostos a recuperar 31 10. Adiantamentos a fornecedores 31 11. Cauções e depósitos vinculados 31 12. Impostos diferidos 33 13. Investimentos 34 14. Ativo Imobilizado 47 15. Fornecedores 54 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures 55 17. Impostos a recolher 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras 63 19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas 64 20. Provisão para custos socioambientais 65 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas 65 22. Receita líquida 69 23. Custos e despesas 70 24. Resultado financeiro 71 25. Imposto de renda e contribuição social 72 26. Transações com partes relacionadas 73 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos 77 28. Lucro por ação 86 29. Cobertura de Seguros 86 30. Compromissos 87 31. Transações não envolvendo caixa 88	8.		
10. Adiantamentos a fornecedores. 31 11. Cauções e depósitos vinculados 31 12. Impostos diferidos 33 13. Investimentos 34 14. Ativo Imobilizado. 47 15. Fornecedores. 54 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures. 55 17. Impostos a recolher. 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras 63 19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas. 64 20. Provisão para custos socioambientais 65 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas. 65 22. Receita líquida. 69 23. Custos e despesas 70 24. Resultado financeiro 71 25. Imposto de renda e contribuição social 72 26. Transações com partes relacionadas 73 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos 77 28. Lucro por ação 86 29. Cobertura de Seguros. 86 30. Compromissos 87 31. Transações não envolvendo caixa 88	9.		
11. Cauções e depósitos vinculados 31 12. Impostos diferidos 33 13. Investimentos 34 14. Ativo Imobilizado 47 15. Fornecedores 54 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures 55 17. Impostos a recolher 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras 63 19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas 64 20. Provisão para custos socioambientais 65 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas 65 22. Receita líquida 69 23. Custos e despesas 70 24. Resultado financeiro 71 25. Imposto de renda e contribuição social 72 26. Transações com partes relacionadas 73 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos 77 28. Lucro por ação 86 29. Cobertura de Seguros 86 30. Compromissos 87 31. Transações não envolvendo caixa 88			
12. Impostos diferidos 33 13. Investimentos 34 14. Ativo Imobilizado 47 15. Fornecedores 54 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures 55 17. Impostos a recolher 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras 63 19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas 64 20. Provisão para custos socioambientais 65 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas 65 22. Receita líquida 69 23. Custos e despesas 70 24. Resultado financeiro 71 25. Imposto de renda e contribuição social 72 26. Transações com partes relacionadas 73 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos 77 28. Lucro por ação 86 29. Cobertura de Seguros 86 30. Compromissos 87 31. Transações não envolvendo caixa 88	11.		
13. Investimentos 34 14. Ativo Imobilizado 47 15. Fornecedores 54 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures 55 17. Impostos a recolher 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras 63 19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas 64 20. Provisão para custos socioambientais 65 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas 65 22. Receita líquida 69 23. Custos e despesas 70 24. Resultado financeiro 71 25. Imposto de renda e contribuição social 72 26. Transações com partes relacionadas 73 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos 77 28. Lucro por ação 86 29. Cobertura de Seguros 86 30. Compromissos 87 31. Transações não envolvendo caixa 88			
14. Ativo Imobilizado 47 15. Fornecedores 54 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures 55 17. Impostos a recolher 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras 63 19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas 64 20. Provisão para custos socioambientais 65 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas 65 22. Receita líquida 69 23. Custos e despesas 70 24. Resultado financeiro 71 25. Imposto de renda e contribuição social 72 26. Transações com partes relacionadas 73 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos 77 28. Lucro por ação 86 29. Cobertura de Seguros 86 30. Compromissos 87 31. Transações não envolvendo caixa 88	13.	•	
15. Fornecedores 54 16. Empréstimos, financiamentos e debêntures 55 17. Impostos a recolher 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras 63 19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas 64 20. Provisão para custos socioambientais 65 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas 65 22. Receita líquida 69 23. Custos e despesas 70 24. Resultado financeiro 71 25. Imposto de renda e contribuição social 72 26. Transações com partes relacionadas 73 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos 77 28. Lucro por ação 86 29. Cobertura de Seguros 86 30. Compromissos 87 31. Transações não envolvendo caixa 88	14.		
16. Empréstimos, financiamentos e debêntures. 55 17. Impostos a recolher. 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras 63 19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas. 64 20. Provisão para custos socioambientais. 65 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas. 65 22. Receita líquida. 69 23. Custos e despesas 70 24. Resultado financeiro 71 25. Imposto de renda e contribuição social 72 26. Transações com partes relacionadas. 73 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos. 77 28. Lucro por ação. 86 29. Cobertura de Seguros. 86 30. Compromissos 87 31. Transações não envolvendo caixa 88	15.		
17. Impostos a recolher. 62 18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras 63 19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas 64 20. Provisão para custos socioambientais. 65 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas. 65 22. Receita líquida. 69 23. Custos e despesas 70 24. Resultado financeiro. 71 25. Imposto de renda e contribuição social 72 26. Transações com partes relacionadas 73 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos 77 28. Lucro por ação. 86 29. Cobertura de Seguros. 86 30. Compromissos 87 31. Transações não envolvendo caixa 88			
18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras6319. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas6420. Provisão para custos socioambientais6521. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas6522. Receita líquida6923. Custos e despesas7024. Resultado financeiro7125. Imposto de renda e contribuição social7226. Transações com partes relacionadas7327. Instrumentos financeiros e gestão de riscos7728. Lucro por ação8629. Cobertura de Seguros8630. Compromissos8731. Transações não envolvendo caixa88		<u>-</u>	
19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas. 64 20. Provisão para custos socioambientais. 65 21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas. 65 22. Receita líquida. 69 23. Custos e despesas. 70 24. Resultado financeiro. 71 25. Imposto de renda e contribuição social 72 26. Transações com partes relacionadas 73 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos. 77 28. Lucro por ação. 86 29. Cobertura de Seguros. 86 30. Compromissos. 87 31. Transações não envolvendo caixa 88	18.	•	
20. Provisão para custos socioambientais.6521. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas.6522. Receita líquida.6923. Custos e despesas.7024. Resultado financeiro.7125. Imposto de renda e contribuição social.7226. Transações com partes relacionadas.7327. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.7728. Lucro por ação.8629. Cobertura de Seguros.8630. Compromissos8731. Transações não envolvendo caixa88			
21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas. 65 22. Receita líquida. 69 23. Custos e despesas. 70 24. Resultado financeiro. 71 25. Imposto de renda e contribuição social 72 26. Transações com partes relacionadas 73 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos 77 28. Lucro por ação. 86 29. Cobertura de Seguros. 86 30. Compromissos 86 31. Transações não envolvendo caixa 88			
22. Receita líquida 69 23. Custos e despesas 70 24. Resultado financeiro 71 25. Imposto de renda e contribuição social 72 26. Transações com partes relacionadas 73 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos 77 28. Lucro por ação 86 29. Cobertura de Seguros 86 30. Compromissos 87 31. Transações não envolvendo caixa 88			
23. Custos e despesas 70 24. Resultado financeiro 71 25. Imposto de renda e contribuição social 72 26. Transações com partes relacionadas 73 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos 77 28. Lucro por ação 86 29. Cobertura de Seguros 86 30. Compromissos 87 31. Transações não envolvendo caixa 88		•	
24. Resultado financeiro7125. Imposto de renda e contribuição social7226. Transações com partes relacionadas7327. Instrumentos financeiros e gestão de riscos7728. Lucro por ação8629. Cobertura de Seguros8630. Compromissos8731. Transações não envolvendo caixa88		1	
25. Imposto de renda e contribuição social 72 26. Transações com partes relacionadas 73 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos 77 28. Lucro por ação 86 29. Cobertura de Seguros 86 30. Compromissos 87 31. Transações não envolvendo caixa 88		*	
26. Transações com partes relacionadas 73 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos 77 28. Lucro por ação 86 29. Cobertura de Seguros 86 30. Compromissos 87 31. Transações não envolvendo caixa 88			
27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos7728. Lucro por ação8629. Cobertura de Seguros8630. Compromissos8731. Transações não envolvendo caixa88	-		
28. Lucro por ação 86 29. Cobertura de Seguros 86 30. Compromissos 87 31. Transações não envolvendo caixa 88			
29. Cobertura de Seguros.8630. Compromissos8731. Transações não envolvendo caixa88		<u> </u>	
30. Compromissos		1 3	
31. Transações não envolvendo caixa			







BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de Reais

	Nota	Conso	olidado	Contro	oladora
<u>ATIVOS</u>	explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CIDCLE ANTEG					
CIRCULANTES	7	06.500	122 500	20.500	110 606
Caixa e equivalentes de caixa	7	86.599	132.598	28.598	110.686
Aplicações financeiras	7	509.018	241.449	171.027	-
Contas a receber de clientes	8	68.627	20.923	-	1
Contas a receber - CCEE	18	199	-	-	_
Impostos a recuperar	9	15.064	10.751	8.476	7.327
Despesas antecipadas		721	2.338	219	1.480
Cauções e depósitos vinculados	11	40	27.231	40	40
Dividendos a receber	13.4	-	-	539	20.452
Adiantamentos a fornecedores	10	8.575	5.065	6.033	3.261
Outros créditos		3.812	1.260	4.118	1.260
Total dos ativos circulantes		692.655	441.615	219.050	144.507
NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber - CCEE	18	6.100	-	-	-
Partes relacionadas	26	_	_	55.063	26.589
Cauções e depósitos vinculados	11	160.487	123.981	_	451
Impostos diferidos	12	2.495	948	_	-
Outros créditos		150	150	115	115
Investimentos	13	713.312	_	1.973.507	982.779
Imobilizado em serviço	14	2.175.130	1.459.662	30.285	14.614
Imobilizado em curso	14	1.791.913	1.645.823	758.554	193.086
Total dos ativos não circulantes		4.849.587	3.230.564	2.817.524	1.217.634
					-
TOTAL DOS ATIVOS		5.542.242	3.672.179	3.036.574	1.362.141







BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de Reais

	Nota	Conso	lidado	Contro	ladora
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTES			- 1 - 1 - 0		
Fornecedores	15	100.200	242.418	10.989	2.273
Empréstimos e financiamentos	16	355.442	1.100.134	-	-
Debêntures	16	884	11.239	217	11.239
Impostos a recolher	17	17.561	7.549	3.002	1.450
Salários e férias a pagar		13.974	8.465	13.974	8.465
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	18	22.339	8.936	-	-
Provisão para custos socioambientais	20	6.686	2.016	-	-
Outras contas a pagar		79	182	33	12
Total dos passivos circulantes		517.165	1.380.939	28.215	23.439
NÃO CIRCULANTES					
	16	1 017 051	052 955		
Empréstimos e financiamentos		1.917.051	953.855	400,620	225.020
Debêntures	16	572.315	325.028	498.639	325.028
Impostos diferidos	12	424	-	-	-
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	18	15.627	11.670	-	-
Partes relacionadas	26	-	-	-	12.987
Provisão para custos socioambientais	20	9.940	-	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	19	79	87	79	87
Total dos passivos não circulantes		2.515.436	1.290.640	498.718	338.102
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21				
Capital social		2.567.997	1.017.697	2.567.997	1.017.697
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(36.112)	(41.757)	(36.112)
Reserva de capital		55.176	55.067	55.176	55.067
Prejuízos acumulados		(71.775)	(36.052)	(71.775)	(36.052)
Total do patrimônio líquido		2.509.641	1.000.600	2.509.641	1.000.600
TOTAL DOS PASSIVOS					
E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.542.242	3.672.179	3.036.574	1.362.141







DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de Reais

	Nota	Consolidado		Contro	oladora
	explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
RECEITA LÍQUIDA	22	302.867	226.011	101	136
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Depreciações	14	(80.380)	(68.449)	(2.305)	(1.536)
Custo de operação		(46.413)	(18.154)	(54)	(137)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(14.220)	(11.437)	-	-
Total	23	(141.013)	(98.040)	(2.359)	(1.673)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		161.854	127.971	(2.258)	(1.537)
DECEITA (DECDECAC)					
RECEITA (DESPESAS) Gerais e administrativas		(87.529)	(38.306)	(72.058)	(29.764)
Depreciações e amortizações	14	(1.808)	(1.077)	(1.796)	(1.070)
Outras despesas		(2.672)	(86)	(1.436)	(1.300)
	23	(92.009)	(39.469)	(75.290)	(32.134)
Resultado de equivalência patrimonial	13.3.1	(24.842)	-	42.288	43.733
Perda no ganho de participação em investimentos	13.3.1	(5.259)		(5.259)	
Total		(122.110)	(39.469)	(38.261)	11.599
LUGDO (PDENÍZO) ANTEG DO PEGULTADO					
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO		20.744	00.502	(40.710)	10.062
FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		39.744	88.502	(40.519)	10.062
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		53.082	32.426	33.640	21.713
Despesas financeiras		(113.142)	(104.687)	(28.844)	(26.247)
Total	24	(60.060)	(72.261)	4.796	(4.534)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	L				
E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(20.316)	16.241	(35.723)	5.528
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(15.925)	(9.994)		
Imposto de renda e contribuição social - correntes Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	518	(9.994)	-	-
Total	25	(15.407)	(9.970)		
		(-2)	(2.2.0)		-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(35.723)	6.271	(35.723)	5.528







DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de Reais

	Cor	nsolidado	Contro	oladora
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(35.723)	6.271	(35.723)	5.528
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(35.723)	6.271	(35.723)	5.528







DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2014

Valores expressos em milhares de Reais

		Capital S	Social	Reserva de ca	apital					
	Nota explicativa	Integralizado	Custos na emissão de ações	Reserva de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio	Ágio	Prejuízos acumulados	Recursos para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido controladora	Reversão de ativo diferido	Total do patrimônio líquido consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		1.017.557	(36.112)	52.274	1	(41.580)	-	992.140	(743)	991.397
Aumento do capital social - emissão de ações Reconhecimento de pagamento baseado em ações Lucro líquido do exercício	21.b 26.4 2.2	140 - -	- - -	2.792 -	- - -	5.528	- - -	140 2.792 5.528	743	140 2.792 6.271
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		1.017.697	(36.112)	55.066	1	(36.052)	_	1.000.600		1.000.600
Recursos para futuro aumento de capital Aumento do capital social - emissão de ações Reconhecimento de pagamento baseado em ações	21.b 21.b 26.4	228	- - -	- - 109	- - -	-	1.550.072	1.550.072 228 109	- - -	1.550.072 228 109
Prejuízo do exercício Custos na emissão de ações	21.c	-	(5.645)	-	-	(35.723)	-	(35.723) (5.645)	-	(35.723) (5.645)
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital	21.b	1.550.072	-	-	-	-	(1.550.072)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		2.567.997	(41.757)	55.175	1	(71.775)		2.509.641	_	2.509.641







DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2014

Valores expressos em milhares de Reais

valores expressos em minares de Real	Nota	Conso	lidado	Contro	oladora
	explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
ELLIVOS DE CAIVA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (Prejuízo) lucro líquido do exercício		(35.723)	6.271	(35.723)	5.528
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro líquido do exercício com		(33.723)	0.271	(33.723)	3.326
o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação	14, 23	82.188	69.526	4.100	2.606
Encargos sobre mútuo (líquido)	24	-	-	(670)	(1.019)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	14	4.008	1.418	4.008	1.418
Juros sobre debêntures e empréstimos	16.4	110.012	98.034	27.314	24.588
Apropriação dos custos sobre debêntures e empréstimos	16.4	1.061	1.030	406	414
Juros sobre aplicações financeiras e cauções		(33.435)	(12.071)	(13.047)	-
Provisão líquida CCEE/Eletrobras	18.1	15.212	7.863	-	-
Impostos diferidos	12	(1.123)	(42)	-	-
Despesa reconhecida referente a pagamentos baseados em ações	26.4	109	-	109	-
Provisão para gratificações		10.594	6.643	10.594	6.643
Perda no ganho de participação societária	13.3	5.259	-	5.259	-
Resultado de equivalência patrimonial	13.3	24.842	-	(42.288)	(43.733)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(47.704)	386	1	156
Impostos a recuperar		(4.313)	(3.656)	(1.149)	(691)
Adiantamentos a fornecedores		(3.510)	(755)	(2.772)	(515)
Despesas antecipados		1.617	(194)	1.261	(1.302)
Outros créditos		(2.560)	(351)	(2.866)	(350)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		20.998	12.071	8.716	(3.342)
Impostos a recolher		18.021	11.035	1.552	(549)
Salários e férias a pagar	10.1	(5.085)	276	(5.085)	276
Contas a pagar - CCEE / Eletrobras	18.1	(4.151)	(2.909)	-	-
Outras contas a pagar		(95)	174	29	(8)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(8.009)	(9.925)	_	_
Pagamentos de juros sobre debêntures e empréstimos	16, 31	(192.624)	(62.086)	(81.183)	_
Pagamento de contingências	19	(8)	-	(8)	-
Dividendos recebidos	13.4	11.494	-	35.879	11.920
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(32.925)	122.738	(85.563)	2.040
ELLINGS DE CANA DAS ATRAIDADES DE BINESTRAFATO					
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				(100.515)	(104.150)
Aportes de capital em investidas	13, 31	(244.474)	(225.174)	(180.645)	(184.159)
Aplicações financeiras		(244.474)	(235.174)	(157.981)	-
Cauções e depósitos vinculados	14, 31	7.417	(33.450)	452	(136.289)
Aquisição de imobilizado	14, 31	(776.572)	(980.965)	(620.389)	(130.289)
Pagamento de imobilizado adquirido em exercícios anteriores Mútuo com partes relacionadas - concedidos		(226.657)	(153.685)	(56.459)	(707)
Mútuo com partes relacionadas - recebidos		-	-	(56.458) 29.082	45.997
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.240.286)	(1.403.274)	(985.939)	(275.158)
Cana aquado apacado nas advandees de arcesantento		(1.240.200)	(1.403.274)	(703.737)	(273.130)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Integralização de ações	21.b	810.357	140	810.357	140
Custos na emissão de ações	21.c	(5.645)	-	(5.645)	-
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos	16, 31	958.525	1.152.752	500.000	-
Custos na captação de debêntures e empréstimos	16	(3.149)	(171)	-	(171)
Pagamentos de empréstimos	16, 31	(517.912)	(347.709)	(301.883)	-
Mútuo com partes relacionadas - ingresso		-	-	64	119
Mútuo com partes relacionadas - pagamento				(13.479)	(290)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		1.242.176	805.012	989.414	(202)
Efeito em caixa e equivalentes devido					
ao aumento no percentual de participação de investida	13.3.1	(14.964)	-	-	-
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(45.999)	(475.524)	(82.088)	(273.320)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		132.598	608.122	110.686	384.006
Caixa e equivalentes de caixa no finicio do exercício Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		86.599	132.598	28.598	110.686
Capa C equivalences de capa no mindo exercicio		60.577	132.370	20.370	110.000
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(45.999)	(475.524)	(82.088)	(273.320)







DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em 31 de dezembro de 2014

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
	explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
RECEITAS					
Vendas de energia	22	319.472	234.545	116	160
Receitas relativas à construção de ativos próprios		122.646	81.161	51.401	42.518
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(60.633)	(29.591)	(54)	(137)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(69.250)	(27.892)	(52.549)	(20.564)
,		(/	()	(/	(,
Valor adicionado bruto		312.235	258.223	(1.086)	21.977
Depreciação e amortização	14, 23	(82.188)	(69.526)	(4.100)	(2.606)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		230.047	188.697	(5.186)	19.371
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	13.3	(24.842)	_	42.288	43.733
Receitas financeiras	24, 31	59.474	32.426	33.640	21.713
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		264.679	221.123	70.742	84.817
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Salários e encargos		36.513	30.456	36.513	30.456
Honorários da diretoria		1.821	1.869	1.821	1.869
Benefícios		6.381	4.794	6.381	4.794
FGTS		2.594	1.602	2.594	1.602
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		37.669	25.303	8.999	6.434
Estaduais		4	6	4	6
Municipais		-	4	-	4
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		209.509	142.918	45.249	30.829
Aluguéis		3.606	2.168	3.606	2.168
Outros		2.305	5.732	1.298	1.127
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(35.723)	6.271	(35.723)	5.528
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		264.679	221.123	70.742	84.817







NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014 Valores expressos em milhares de Reais

1. Informações gerais

A Renova Energia S.A. ("Renova" ou "Companhia" ou "Controladora"), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA ("BOVESPA"). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereco na Av. Roque Petroni Júnior, nº 999, 4º andar - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação, em construção e em pré-operação ("Grupo Renova"):

			% Participa	ıção	
		31/12/20	14	31/12/	/2013
РСН	Consolidação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	(a) Integral	100,00	-	100,00	-
Energética Serra da Prata S.A.	(b) Integral na Enerbras	-	99,99	-	99,99
Renova PCH LTDA.	(c) Integral	99,00	-	99,00	-
Chipley SP Participações S.A. (Holding)	(d) Integral	100,00	-	-	-

			% Participa	ıçao	
	•	31/12/201	14	31/12/	2013
Eólico	Consolidação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Nova Renova Energia S.A. (Holding)	(e) Integral	99,99	-	99,99	-
Bahia Eólica Participações S.A. (Holding)	(e) Integral na Nova Renova	-	100,00	-	100,00
Centrais Eólicas Candiba S.A.	(f) Integral na Bahia Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	(f) Integral na Bahia Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	(f) Integral na Bahia Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	(f) Integral na Bahia Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	(f) Integral na Bahia Eólica	-	99,99	-	99,99

- CONTINUA -







- CONTINUAÇÃO –

		-	2414-1-	% Particip	31/12/2013		
Eólico		Consolidação _	31/12/2 Direta	Indireta	Direta	/2013 Indireta	
Salvador Eólica Participações S.A. (Holding)	(e)	Integral na Nova Renova	Direta -		- Direta	100,00	
Centrais Eólicas Alvorada S.A.		Integral na Salvador Eólica	-	99,99	-	99,99	
Centrais Eólicas Guanambi S.A.		Integral na Salvador Eólica	-	99,99	-	99,99	
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	(f)	Integral na Salvador Eólica	-	99,99	-	99,99	
Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A.	(f)	Integral na Salvador Eólica	-	99,99	-	99,99	
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	(f)	Integral na Salvador Eólica	-	99,99	-	99,99	
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	(f)	Integral na Salvador Eólica	-	99,99	-	99,99	
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	(f)	Integral na Salvador Eólica	-	99,99	-	99,99	
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.		Integral na Salvador Eólica	-	,	-	99,99	
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.		Integral na Salvador Eólica	-	99,99	-	99,99	
Renova Eólica Participações S.A. (Holding)		Integral na Nova Renova	-	100,00	-	100,00	
Centrais Eólicas da Prata S.A.		Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99	
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	-	Integral na Renova Eólica	-	99,99 99,99	-	99,99	
Centrais Eólicas Morrão S.A.	-	Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99 99,99	
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	-	Integral na Renova Eólica			-	99,99	
Centrais Eólicas Tanque S.A. Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	-	Integral na Renova Eólica Integral na Renova Eólica	_	99,99	-	99,99	
Centrais Eólicas Ametista S.A.	-	Integral na Renova Eólica			_	99,99	
Centrais Eólicas Borgo S.A.		Integral na Renova Eólica	_	99,99	_	99,99	
Centrais Eólicas Caetité S.A.		Integral na Renova Eólica	_		_	99,99	
Centrais Eólicas Dourados S.A.		Integral na Renova Eólica	_		_	99,99	
Centrais Eólicas Espigão S.A.		Integral na Renova Eólica	_		_	99,99	
Centrais Eólicas Maron S.A.		Integral na Renova Eólica	-		-	99,99	
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.		Integral na Renova Eólica	-		-	99,99	
Centrais Eólicas Pilões S.A.		Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99	
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.		Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99	
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	(e)	Integral	99,99	-	-	-	
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding)	(e)	Integral na Alto Sertão	-	99,99	-	-	
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	(i)	Integral na Diamantina	-	99,99	99,99	-	
Centrais Eólicas Abil S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista VIII LTDA.)	(j)	Integral na Diamantina	-	99,99	100,00	-	
Centrais Eólicas Acácia S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XII LTDA.)	(j)	Integral na Diamantina	-	99,99	100,00	-	
Centrais Eólicas Angico S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XIII LTDA.)	(j)	Integral na Diamantina	-	99,99	100,00	-	
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XVI LTDA.)	(j)	Integral na Diamantina	-	99,99	100,00	-	
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XVII LTDA.)	(j)	Integral na Diamantina	-	99,99	100,00	-	
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XVIII LTDA.)	(j)	Integral na Diamantina	-	99,99	100,00	-	
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XIX LTDA.)	-	Integral na Diamantina	-	,	100,00	-	
Centrais Eólicas Tabua S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XX LTDA.)	-	Integral na Diamantina	-	99,99	100,00	-	
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã VIII LTDA.)	-	Integral na Diamantina	-	,	100,00		
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XVI LTDA.)		Integral na Diamantina	-	99,99	99,00		
Centrais Eólicas Cedro S.A.		Integral na Diamantina	-	,	99,00		
Centrais Eólicas Vellozia S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã III LTDA.)		Integral na Diamantina	-		99,00	-	
Centrais Eólicas Angelim S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista VI LTDA.)		Integral na Diamantina	-	99,99	99,00	-	
Centrais Eólicas Facheio S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XXI LTDA.)		Integral na Diamantina Integral na Diamantina	-	99,99	99,00	-	
Centrais Eólicas Sabiu S.A. (anterior Centrais Eólicas Riacho de Santana LTDA.) Centrais Eólicas Barbatimão S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista II LTDA.)		Integral na Diamantina Integral na Diamantina		99,99	-	_	
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista V LTDA.)		Integral na Diamantina Integral na Diamantina	_	99,99	_	_	
Centrais Eólicas Jataí S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã IX LTDA.)		Integral na Diamantina	_	99,99	99,00	_	
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista III LTDA.)		Integral na Diamantina	_	99,99	_	_	
Centrais Eólicas Amescla S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista IVLTDA.)		Integral na Diamantina	-	99,99	-	-	
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XVIII LTDA.)		Integral na Diamantina	-	99,99	99,00	-	
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. (anterior Centrais Eólicas Santana LTDA.)		Integral na Diamantina	-	99,99	99,00	_	
Centrais Eólicas Manineiro S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XIV LTDA.)		Integral na Diamantina	-	99,99	99,00	-	
Centrais Elétricas Botuquara S.A.	(k)	Integral	99,00) -	99,00	-	
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. (anterior Centrais Eólicas Arapuã LTDA.)	(k)	Integral	99,00) -	99,00	-	
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista I LTDA.)	(k)	Integral	99,00) -	99,00	-	
Centrais Eólicas Canjoão S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã II LTDA.)	(k)	Integral	99,00) -	99,00	-	
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XI LTDA.)	(k)	Integral	99,00) -	99,00	-	
Centrais Eólicas Conquista S.A.	(k)	Integral	99,00) -	99,00	-	
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	(k)	Integral	99,00		99,00	-	
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XIX LTDA.)	(k)	Integral	99,00		99,00	-	
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã I LTDA.)	(k)	Integral	99,00		99,00	-	
Centrais Eólicas Macambira S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XI LTDA.)	(k)	Integral	99,00		-	-	
Centrais Eólicas Tamboril S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XIII LTDA.)		Integral	99,00		99,00	-	
Centrais Eólicas Tingui S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã VI LTDA.)		Integral	99,00) -	99,00		







- CONTINUAÇÃO –

Brasil PCH S.A.

•				% Participa	ação	
			31/12/20	14	31/12	/2013
Holding		Consolidação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Renovapar S.A.	(m)	Integral	100,00	-	100,00	-
				% Particip	ação	
			31/12/20	14	31/12	/2013
Eólico		Consolidação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã X LTDA.)	(k)	Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Caliandra S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista VII LTDA.)	(k)	Integral	100,00	-	-	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. (anteriro Centrais Eólicas Recôncavo I LTDA.)	(k)	Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XII LTDA.)	(k)	Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Ico S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista IX LTDA.)	(k)	Integral	100,00	-	-	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XVII LTDA.)	(k)	Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	(k)	Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Putumuju S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista X LTDA.)	(k)	Integral	99,00	-	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	(k)	Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV LTDA.	(k)	Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Bela Vista XV LTDA.	(k)	Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA.	(k)	Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA.	(k)	Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	(k)	Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã XV LTDA.	(k)	Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA.	(k)	Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	(k)	Integral	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A.	(k)	Integral	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A.	(k)	Integral	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A.	(k)	Integral	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A.	(k)	Integral	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A.	(k)	Integral	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 7 LTDA.	(k)	Integral	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 8 LTDA.	(k)	Integral	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 9 LTDA.	(k)	Integral	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 10 LTDA.	(k)	Integral	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 11 LTDA.	(k)	Integral	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 12 LTDA.	(k)	Integral	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 13 LTDA.	(k)	Integral	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 14 LTDA.	(k)	Integral	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 15 LTDA.	(k)	Integral	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 16 LTDA.	(k)	Integral	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 18 LTDA.	(k)	Integral	99,00	-	-	-
				% Participa	ação	
			31/12/20		31/12	
Comercialização		Consolidação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Renova Comercializadora de Energia S.A.	(1)	Integral	100,00	-	100,00	-
					~	
			21/12/20	% Participa	,	(2012
		Comtanile and (2)	31/12/20		31/12	
РСН		Controle compartilhado	Direta	Indireta	Direta	Indireta

- (a) Enerbras Centrais Elétricas S.A. ("Enerbras"), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada no Estado da Bahia, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A., ("Espra").
- (b) Energética Serra da Prata S.A., controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, composto pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras ("Eletrobras"), no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA"). A Espra entrou em operação em 2008.







- (c) Renova PCH Ltda. ("Renova PCH"), controlada direta, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica. A empresa está em fase pré-operacional.
- (d) Chipley SP Participações S.A. ("Chipley") é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos.
- (e) Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
- (f) Sociedades por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), no âmbito do Leilão de Energia de Reserva 2009 ("LER 2009").
- (g) Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva 2010 ("LER 2010").
- (h) Sociedades por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova 2011 ("LEN 2011 (A-3)"). Os parques eólicos estão em fase de construção.
- (i) Centrais Eólicas São Salvador S.A. ("São Salvador"), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico São Salvador, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova 2012 ("LEN 2012 (A-5)"). O parque eólico está em fase de implantação.
- (j) Controladas diretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva 2013 ("LER 2013"). Os parques eólicos estão em fase implantação.
- (k) Controladas diretas têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica. Essas empresas estão em fase de implantação.
- (l) Renova Comercializadora de Energia S.A. ("Renova Comercializadora"), controlada direta, subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (m) Renovapar S.A. ("Renovapar"), controlada direta, subsidiária integral é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (n) Brasil PCH S.A. ("Brasil PCH") é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs.







Em atendimento à Instrução Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 381/03, divulgamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 os auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte"), que prestam serviço para a Companhia e suas controladas e controlada em conjunto, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.

1.1 Entrada da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG GT") no bloco de controle da Companhia

Em 29 setembro de 2014, a CEMIG GT subscreveu e integralizou 87.186.035 ações ordinárias da Renova, no valor total de R\$1.550.072, mediante a capitalização de AFAC, no valor de R\$810.129, realizado em 31 de março de 2014 e através da cessão à Renova do crédito relativo ao AFAC realizado na Chipley em 14 de fevereiro de 2014, no valor de R\$739.943.

Após a subscrição e integralização foi celebrado novo Acordo de Acionistas entre Cemig GT, RR Participações e Light Energia.

No dia 27 de outubro de 2014, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi homologado o aumento de capital realizado pela CEMIG GT que subscreveu e integralizou 87.186.035 ações ordinárias da Renova, no valor total de R\$1.550.072, sendo R\$810.129 mediante capitalização do AFAC feito na Companhia e R\$739.943 mediante cessão, à Companhia, do AFAC realizado pela CEMIG GT na Chipley.

Além da CEMIG GT, houve o exercício dos direitos de preferência de 10.866 ações ordinárias pelos demais acionistas da Companhia, totalizando 87.196.901 ações ordinárias subscritas e integralizadas, totalizando R\$1.550.265.

1.2 Aquisição de controle compartilhado da Brasil PCH

Conforme fatos relevantes emitidos pela Renova nos dias 8 de agosto de 2013 e 28 de outubro de 2013, a subsidiária da Companhia, Chipley SP Participações S.A. adquiriu em 14 de fevereiro de 2014 51% das ações da Brasil PCH, compartilhando seu controle. A Brasil PCH detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

O preço total de aquisição da Brasil PCH foi de R\$754.906, que compreende: (i) R\$739.943 pagos em 14 de fevereiro de 2014; (ii) R\$23.522 pagos em 14 de agosto de 2014 como ajuste do preço de aquisição; reduzido de (iii) R\$8.559 relativos ao reconhecimento e recebimento de dividendos originalmente devidos aos vendedores das ações da Brasil PCH.

Por ser uma companhia de controle compartilhado, a participação da Chipley na Brasil PCH é registrada por equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.







Informações adicionais sobre a aquisição da controlada em conjunto Brasil PCH

a) Considerações transferidas

	PCH
Considerações transferidas:	
Caixa transferido em caixa e equivalentes de caixa diretamente aos acionistas	739.943
Ajuste de preço	23.522
Dividendos originalmente devidos aos vendedores das ações da Brasil PCH	(8.559)
Caixa líquido de aquisição	754.906

b) Alocação do preço de compra

O valor de aquisição pago foi alocado aos ativos e passivos da Brasil PCH a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais serão amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações das PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi alocada a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio.

A alocação do preço de compra de acordo com as normas contábeis aplicáveis em combinação de negócios foi realizada no quarto trimestre de 2014 a qual foi suportada por laudo de avaliação elaborado por empresa independente em conjunto com análises conduzidas pela Administração da Companhia. A contabilização inicial da aquisição da Brasil PCH foi efetuada para a data-base de 31 de janeiro de 2014 e os valores justos dos ativos e passivos da Brasil PCH na data de aquisição estão abaixo demonstrados:

A	<u>Brasil</u> <u>PCH</u>
Ativos	121 120
Caixa e equivalentes de caixa	131.139
Contas a receber	34.047
Imobilizado	1.593.984
Intangível – contrato de concessão	1.785.877
Outros ativos	118.517_
Total dos ativos	3.663.564
Passivos e patrimônio líquido Fornecedores Empréstimos e financiamentos	11.017 1.327.522
Impostos diferidos	687.101
Outros passivos	157.716
Patrimônio líquido	1.480.208
Total dos passivos e do patrimônio líquido	3.663.564

Brasil







1.3 Operação comercial dos parques eólicos do LER 2010 e LEN 2011 (A-3)

Os Contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos do LER 2010 deveriam entrar em operação comercial em 01 de setembro de 2013. O despacho nº 1.317 de 28 de abril de 2014, da ANEEL, alterou o início do período de suprimento dos contratos do LER 2010 a fim de concatená-los com a entrada em operação comercial da Subestação Igaporã II, sob responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – ("Chesf"), concedendo um prazo adicional de trinta dias para entrada em operação comercial, a contar da data de entrada em operação comercial da Subestação Igaporã II, mantendo a data original do final do suprimento do contrato.

Em março de 2014, a Companhia reverteu as provisões anteriormente constituídas para fazer face ao ressarcimento devido pelas SPEs (cláusula 11 do contrato de energia de reserva), no montante de R\$7.399 registrada na linha Contas a pagar – CCEE/Eletrobras, do balanço patrimonial, sendo R\$4.645 do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (vide nota 23).

Para os Contratos de Energia Nova do LEN 2011 (A-3), de acordo com o despacho nº 571 de 11 de março de 2014, a ANEEL alterou o início do período de suprimento dos CCEARs a fim de concatená-los com a entrada em operação comercial de instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 19/2012, concedendo um prazo adicional de trinta dias para entrada em operação comercial, a contar da data de disponibilização das instalações de transmissão, mantendo assim o prazo de suprimento de 19 anos e 10 meses do contrato.

Os parques do LER 2010 entraram em operação comercial em 11 de outubro de 2014, conforme despacho ANEEL nº 4.108. Em relação ao LEN 2011 (A-3), quatro dos nove parques foram conectados na mesma linha de transmissão que atende os parques do LER 2009 e LER 2010 (Igaporã II). Os outros cinco parques serão conectados na linha Igaporã III, que de acordo com o cronograma do Acompanhamento dos Empreendimentos de Transmissão (SIGET da ANEEL), está prevista para ser entregue no dia 12 de agosto de 2015. No dia 04 de março de 2015, quatro parques, do total de nove, que comercializaram energia no LEN 2011 (A-3) iniciaram a operação comercial (vide nota 32.2).

1.4 Impacto de novas legislações

1.4.1 Medida Provisória nº 627/2013 ("MP 627") – Lei 12.973/2014

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a MP 627 que modifica de forma relevante as regras tributárias do Imposto de Renda e da Contribuição Social, dentre outras. Os dispositivos da MP 627 entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano calendário de 2014.

A Administração analisou os impactos tributários dos novos dispositivos e concluiu que não houve distribuição de dividendos e/ou juros de capital próprio superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, a Administração avalia que não haverá encargos tributários adicionais em relação à distribuição de lucros nos últimos 5 anos. A Administração optou pela aplicação antecipada de seus dispositivos no ano calendário de 2014.

A MP 627 foi convertida na Lei 12.973 de 13 de maio de 2014.







2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") e também em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Conforme previsto no CPC 43 (R1), o lucro apresentado nas demonstrações financeiras individuais, em 31 de dezembro de 2013, diverge do lucro consolidado, em função da existência de saldo de ativo diferido ainda não amortizado da controladora. A reconciliação do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está apresentada na nota 2.2.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, teve sua emissão, arquivamento na CVM e encaminhamento a Assembléia Geral autorizados pelo Conselho de Administração em 04 de março de 2015.

2.2 Reconciliação das demonstrações financeiras consolidadas (IFRS) e da controladora (CPC) para os valores comparativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A reconciliação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está demonstrada como segue:

	Lucro do exercício
	31/12/2013
Controladora (CPC)	5.528
Baixa do ativo diferido e reversões das respectivas amortizações no resultado	743
Consolidado (IFRS)	6.271

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.







2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") e também de acordo com as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Ativo Imobilizado (nota 14);
- Contas a pagar/receber CCEE e Eletrobras (nota 18);
- Provisão para custos socioambientais (nota 20)
- Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (nota 19);
- Transações com partes relacionadas Plano de opção de compra de ações (nota 26.4); e
- Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota 27).

2.6 Reclassificação dos saldos contábeis

Visando uma melhor apresentação e comparação do balanço patrimonial e do fluxo de caixa, a Companhia reclassificou o valor de R\$2.016 de Fornecedores para Provisão para custos socioambientais e Cauções e depósitos vinculados de atividades operacionais para atividades de investimento, respectivamente.

2.7 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

a) Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota 27)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.







a.1) Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram classificados da seguinte forma:

Ativos financeiros:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. A Companhia e suas controladas possuem classificados nesta categoria o Caixa e equivalentes de caixa (nota 7).

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Contas a receber de clientes (nota 8);
- Contas a receber CCEE (nota 18);
- Cauções e depósitos vinculados (nota 11); e
- Transações com partes relacionadas (nota 26).

Passivos financeiros

Outros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas compreendem:

- Fornecedores (nota 15);
- Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 16);
- Provisão para custos socioambientais (nota 20)
- Contas a pagar CCEE /Eletrobras (nota 18); e
- Transações com partes relacionadas (nota 26).







Derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

a.2) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

a.3) Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. As ações preferenciais dão direito de voto restrito e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Os dividendos mínimos obrigatórios são definidos em Estatuto e quando consignados ao final do exercício, conforme descrito na nota 21.e, são reconhecidos como passivo.

a.4) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam se existem evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no individual, como no coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no exercício em que ocorrerem ou capitalizadas quando aplicável.







c) Investimentos em controladas e controladas em conjunto (nota 13)

Os investimentos em controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. As aquisições de Companhia com controle compartilhado são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócio é mensurada pelo valor justo.

d) Ativo Imobilizado (nota 14)

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

A medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidos o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado.

e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades







geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

f) Licenças ambientais

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas de geração solar.

g) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota 26.4.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício ou capitalizados durante a fase de construção dos parques eólicos das controladas durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Administração da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada exercício, a Administração revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos.

As transações que resultem em pagamentos baseados em ações, cuja liquidação é feita com instrumentos de patrimônio, com terceiros, exceto funcionários e executivos, são mensuradas pelo valor justo dos produtos ou serviços







recebidos. Quando o valor justo não pode ser estimado com confiabilidade, as transações são mensuradas pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio concedidos na data em que os produtos e os serviços foram recebidos.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefício econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

i) Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

j) Imposto de renda e contribuição social

Imposto corrente

Para a Companhia e algumas controladas, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas companhias consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.







Imposto diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

k) Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

l) Informações por segmentos operacionais (nota 6)

Os resultados que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

m) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) consolidadas e individuais, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme este CPC aplicável às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira adicional.

n) Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício Corrente

No exercício corrente, a Companhia e suas controladas aplicaram diversas emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2014.

Alterações ao CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos. Os ajustes do CPC
 39 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros.







- Alterações ao CPC 01 (R1) Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros. As alterações do CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa.
- Alterações ao CPC 38 Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de Hedge. As alterações ao CPC 38 retiram a obrigatoriedade de descontinuar a contabilidade de hedge quando um derivativo designado como instrumento de hedge é renovado sob determinadas circunstâncias.
- IFRIC 21 Tributos. O IFRIC 21 endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo, A interpretação define tributos e especifica que o fato gerador da obrigação é a atividade que resulta em pagamento do tributo, conforme definido na legislação.

A Companhia avaliou todas as novas normas acima resumidas e não identificou efeitos significativos nas demonstrações financeiras.

3. Princípios de consolidação

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das companhias controladas, direta e indiretamente;
- eliminação dos saldos de receitas e despesas financeiras entre as companhias consolidadas;
- reversão dos saldos das contas de ativo e resultado do ativo diferido da controlada Espra (nota 2.2).







4. Das autorizações

4. Das autorizações					
DOM	D.C.	D 1 ~ ANTEE	D . 1 1 ~	<u>Prazo da</u>	Capacidade de
<u>PCH</u>	Rei. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	autorização	produção instalada*
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	30 anos	14,80 MW
Colino 2	PROINFA	695	24/12/2003	30 anos	16,00 MW
Colino 1	PROINFA	703	24/12/2003	30 anos	11,00 MW
			_ 0 0		,
				Prazo da	Capacidade de
<u>Fólico</u>	Ref. Contrato	Portaria MME	Data da portaria	autorização	produção instalada*
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	LER 03/2009	695	05/08/2010	35 anos	8,00 MW
Centrais Eólicas Candiba S.A.	LER 03/2009	691	05/08/2010	35 anos	9,60 MW
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	LER 03/2009	700	06/08/2010	35 anos	20,80 MW
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	LER 03/2009	743	19/08/2010	35 anos	28,80 MW
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	LER 03/2009	696	05/08/2010	35 anos	30,40 MW
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	LER 03/2009	690	05/08/2010	35 anos	11,20 MW
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	LER 03/2009	692	05/08/2010	35 anos	24,00 MW
Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A.	LER 03/2009	693 694	05/08/2010	35 anos 35 anos	28,80 MW
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A. Centrais Eólicas Pindaí S.A.	LER 03/2009 LER 03/2009	699	05/08/2010 05/08/2010	35 anos	25,60 MW 24,00 MW
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	LER 03/2009 LER 03/2009	697	05/08/2010	35 anos	27,20 MW
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	LER 03/2009	698	05/08/2010	35 anos	6,40 MW
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	LER 03/2009	742	19/08/2010	35 anos	30,40 MW
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	LER 03/2009	689	05/08/2010	35 anos	19,20 MW
Centrais Eólicas Morrão S.A.	LER 05/2010	268	20/04/2011	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas da Prata S.A.	LER 05/2010	177	25/03/2011	35 anos	21,84 MW
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	LER 05/2010	241	07/04/2011	35 anos	31,86 MW
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	LER 05/2010	332	27/05/2011	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Tanque S.A.	LER 05/2010	330	26/05/2011	35 anos	30,00 MW
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	LER 05/2010	161	18/03/2011	35 anos	23,52 MW
Centrais Eólicas Ametista S.A.	LEN 02/2011	135	14/03/2012	35 anos	28,56 MW
Centrais Eólicas Borgo S.A.	LEN 02/2011	222	13/04/2012	35 anos	20,16 MW
Centrais Eólicas Caetité S.A.	LEN 02/2011	167	21/03/2012	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Dourados S.A.	LEN 02/2011	130 172	13/03/2012	35 anos 35 anos	28,56 MW
Centrais Eólicas Espigão S.A. Centrais Eólicas Maron S.A.	LEN 02/2011 LEN 02/2011	107	22/03/2012 08/03/2012	35 anos	10,08 MW 30,24 MW
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	LEN 02/2011 LEN 02/2011	168	21/03/2012	35 anos	21,84 MW
Centrais Eólicas Pilões S.A.	LEN 02/2011	128	13/03/2012	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	LEN 02/2011	171	22/03/2012	35 anos	18,48 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	LEN 06/2012	162	22/05/2013	35 anos	22,40 MW
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	$8{,}10\mathrm{MW}$
Centrais Eólicas Folha de Serra S.A.	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacaranda do Cerrado S.A.	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A. (Umburanas 1) Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A. (Umburanas 2)	LEN 10/2013 LEN 10/2013	390 397	01/08/2014 04/08/2014	35 anos 35 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A. (Umburanas 2)	LEN 10/2013 LEN 10/2013	398	04/08/2014	35 anos	27,00 MW 18,90 MW
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A. (Umburanas 4)	LEN 10/2013	388	01/08/2014	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A. (Umburanas 5)	LEN 10/2013	389	04/08/2014	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A. (Umburanas 6)	LEN 10/2013	415	12/08/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A. (Umburanas 7)	LEN 10/2013	550	27/11/2013	35 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A. (Umburanas 8)	LEN 10/2013	551	27/11/2013	35 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A. (Umburanas 9)	LEN 10/2013	400	04/08/2014	35 anos	$18,00\mathrm{MW}$
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A. (Umburanas 10)	LEN 10/2013	399	04/08/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A. (Umburanas 11)	LEN 10/2013	407	08/08/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A. (Umburanas 12)	LEN 10/2013	433	21/08/2014	35 anos	22,80 MW
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A. (Umburanas 13)	LEN 10/2013	434	21/08/2014	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A. (Umburanas 14)	LEN 10/2013	435	21/08/2014	35 anos	24,90 MW
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A. (Umburanas 15)	LEN 10/2013	436	21/08/2014	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A. (Umburanas 16)	LEN 10/2013 LEN 10/2013	437	21/08/2014	35 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A. (Umburanas 18)	LEN 10/2013	438	21/08/2014	35 anos	8,10 MW

^(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes







5. Comercialização de energia

$5.1\,Mercado\ regulado\ (ACR)$

	(Valores				Praz	0			
				Energia anual	Preço	Preço				Mês
Б	D.C.	G 1	Valor original	Contratada	histórico	atualizado		F: 1	Índice de	de
Empresa do grupo	Ref. Contrato	Compradora	do Contrato	(MWh)	MWh (R\$)	(R\$)	Inicial	Final	correção	reajuste
Pequenas centrais hidrelétricas:					(144)	(114)				
Caxoeira da Lixa	PROINFA	Eletrobras	172.450	65.349	121,35	217,41	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino1	PROINFA	Eletrobras	153.243	87.337	121,35	217,41	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Colino2	PROINFA	Eletrobras	219.008	61.057	121,35	217,41	jul/08	jun/28	IGP-M	junho
Geração de energia eólica										
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	LER 03/2009	CCEE	76.233	26.280	144,94	190,12	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Candiba S.A.	LER 03/2009	CCEE	101.644	35.040	144,94	190,12	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	LER 03/2009	CCEE	203.287	70.080	144,94	190,12	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	LER 03/2009	CCEE	330.341	113.880	144,94	190,12	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	LER 03/2009	CCEE	334.900	113.880	146,94	192,75	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	LER 03/2009	CCEE	128.808	43.800	146,94	192,75	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	LER 03/2009	CCEE	254.109	87.600	144,94	190,12	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas NS Sr. Conceição S.A.	LER 03/2009	CCEE	309.138	105.120	146,94	192,75	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	LER 03/2009	CCEE	283.377	96.360	146,94	192,75	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	LER 03/2009	CCEE	279.520	96.360	144,94	190,12	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Centrais Eólicas Planaltina S.A. Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	LER 03/2009	CCEE CCEE	309.138 51.523	105.120 17.520	146,94 146,94	192,75	jul/12	jun/32 jun/32	IPCA IPCA	julho
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	LER 03/2009	CCEE	406.574	140.160	146,94	192,75 190,12	jul/12 jul/12	jun/32 jun/32	IPCA	julho julho
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	LER 03/2009 LER 03/2009	CCEE	177.876	61.320	144,94	190,12	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Dutter being of built but.	1443 03/2009	CCLL	177.070	01.520	. (7,27	1,0,12	Jul 12	juni J2		Junio
Centrais Eólicas da Prata S.A.	LER 05/2010	CCEE	214.701	88.476	121,25	154,69	nov/2014(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	LER 05/2010	CCEE	295.480	121.764	121,25	154,69	nov/2014(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Morrão S.A.	LER 05/2010	CCEE	312.486	128.772	121,25	154,69	nov/2014(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	LER 05/2010	CCEE	325.241	134.028	121,25	154,69	nov/2014(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tanque S.A.	LER 05/2010	CCEE	295.480	121.764	121,25	154,69	nov/2014(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	LER 05/2010	CCEE	214.701	88.476	121,25	154,69	nov/2014(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Ametista S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	238.148	121.764	101,53	109,61	fev/15 (**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Borgo S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	166.189	84.972	100,73	108,74	jul/15 (**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Caetité S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	245.001	125.268	100,90	108,92	jul/15 (**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Dourados S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	226.155	115.632	100,87	108,89	fev15 (**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Espigão S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	83.951	42.924	102,07	110,19	jul/15 (**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Maron S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	236.434	120.888	101,32	109,37	fev/15 (**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	202.168	103.368	101,23	109,28	jul/15 (**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Pilões S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	224.441	114.756	100,09	108,05	fev/15 (**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	152.483	77.964	99,69	107,62	jul/15 (**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	LEN 06/2012	Distribuidoras	158.583	89.352	88,68	90,07	jan/17	dez/36	IPCA	janeiro
G ECF . ALTICA	LED 05/2012	CCEE	202 880	06.260	105.20	112.05	/15	ago/35	IDCA	
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	CCEE	202.880 136.979	96.360 60.444	105,20 113,70	112,05 121,11	set/15 set/15	ago/35	IPCA IPCA	setembro setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A. Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013 LER 05/2013	CCEE	75.789	34.164	111,30	118,55	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha de Serra S.A.	LER 05/2013	CCEE	175.459	84.972	103,60	110,35	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	CCEE	82.011	39.420	104,38	111,18	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacaranda do Cerrado S.A.	LER 05/2013	CCEE	172.488	83.220	103,99	110,76	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	CCEE	186.909	88.476	105,99	112,89	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	CCEE	135.406	64.824	104,80	111,63	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	CCEE	197.191	93.732	105,55	112,42	set/15	ago/35	IPCA	setembro
		D: . 7 : 1	00.245	122.516	110.02	110.02	:40	1 07	IDCA	
CRNV&M (Umburanas 1) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	98.245	123.516	119,83	119,83	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 2) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	99.774	121.764	119,80	119,80	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 3) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras Distribuidoras	83.590 82.621	85.848 84.972	120,92 121,46	120,92 121,46	mai/18 mai/18	dez/37 dez/37	IPCA IPCA	janeiro janeiro
CRNV&M (Umburanas 4) (*) CRNV&M (Umburanas 5) (*)	LEN 10/2013 LEN 10/2013	Distribuidoras	81.692	81.468	121,40	121,40	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 6) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	71.979	98.988	120,27	120,27	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 7) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	28.764	98.988	121,52	121,52	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 8) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	28.169	109.500	119,43	119,43	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 9) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	72.059	75.336	121,95	121,95	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 10) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	82.967	91.104	119,87	119,87	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 11) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	67.410	63.072	120,85	120,85	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 12) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	92.611	102.492	120,15	120,15	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 13) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	81.843	87.600	119,93	119,93	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 14) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	108.051	104.244	121,30	121,30	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 15) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	81.086	82.344	121,41	121,41	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 16) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	97.626	111.252	121,60	121,60	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 18) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	35.807	36.792	120,64	120,64	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro

^{*} Inclui ICB (Índice de custo benefício) e CEC (Custo econômico de curto prazo) no preço.

** Data original concatenada conforme Despacho nº 1.317, de 28/04/2014 e Despacho nº 571, de 11/03/2014.







5.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui hoje diversos contratos de mercado livre que totalizam 901,8 MW(*) de capacidade instalada. Em agosto de 2011 a Companhia assinou um compromisso de compra e venda de energia com a Light Energia, no qual a Renova irá entregar 200,4 MW(*) médios de energia eólica, correspondentes a 403,5 MW(*) de capacidade instalada, sendo que os parques terão início de geração entre 2015 e 2016. Do montante total de 200,4 MW(*), 1/3 da energia foi comercializada com a LIGHTCOM Comercializadora de Energia S.A. e 2/3 com CEMIG GT.

Outros três contratos foram comercializados no mercado livre, nos quais a Renova irá entregar 76,0 MW(*) médios de energia eólica, correspondentes a 155,4 MW(*) de capacidade instalada. Os parques que irão atender esses contratos entrarão em operação em 2015, 2016 e 2017.

Adicionalmente, em março de 2014, a Renova Comercializadora comercializou 308,0 MW médios com a CEMIG GT, correspondentes a 676,2 MW(*) de capacidade instalada. Em 17 de julho de 2014 foi celebrado um Contrato de Investimento de Compromisso de Compra e Venda de Ações entre a Companhia e a Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG"), que irá participar de 50% do projeto. Os parques que irão atender esse contrato terão início de geração em 2018. No dia 22 de outubro de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a celebração deste Acordo do Investimento.

Conforme o Acordo de Investimento, a operação ocorrerá mediante a aquisição, pela CEMIG, de 50% do capital votante e total de uma sociedade anônima (SPE) a ser criada pela Companhia, na qual serão integralizados todos os contratos relacionados ao Projeto Eólico. O valor da aquisição será de até R\$113.450 referente a 50% dos valores dos adiantamentos dos contratos já firmados pela Companhia, corrigido pela variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") desde o seu efetivo desembolso pela Companhia até a data do pagamento pela CEMIG. A partir da aquisição, CEMIG e Renova compartilharão o investimento futuro do Projeto Eólico na proporção de sua participação no capital social da SPE.

(*) Informações não auditadas por nossos auditores independentes.

6. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- a) PCH Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Este segmento inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. As PCHs se encontram em fase de operação para comparabilidade dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.
- b) Eólico Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Os parques vencedores do LER 2009 tornaram-se aptos a operar no segundo semestre de 2012. Os parques vencedores do LER 2010 entraram em operação comercial em 11 de outubro de 2014. Os parques vencedores do LEN 2011 (A-3) estão prontos para operar e aguardando a linha de transmissão (vide nota 32.2).







- c) Solar Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fonte solar. Inclui medições, desenvolvimento de projetos solares de geração em larga escala e de geração distribuída e também venda de mercadorias e serviços.
- d) Comercialização Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas.

As informações por segmento em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 para o resultado e para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

31/12/2014								
	РСН	Eólico	Solar	Comercialização	Adm.	Consolidado		
Receita líquida	22.565	263.169	101	17.032	-	302.867		
Custos não gerenciáveis	(463)	(13.757)	-	-	-	(14.220)		
Margem Bruta	22.102	249.412	101	17.032	-	288.647		
Custos gerenciáveis	(7.970)	(36.517)	(83)	(18.578)	(73.466)	(136.614)		
Resultado de equivalência patrimonial	(24.842)	-	-	-	-	(24.842)		
Perda no ganho de participação em investimentos	(5.259)	-	-	-	-	(5.259)		
Depreciação	(5.578)	(74.814)	-	-	(1.796)	(82.188)		
Receita financeira	4.046	16.434	-	61	32.541	53.082		
Despesa financeira	(8.093)	(76.576)	-	(57)	(28.416)	(113.142)		
Imposto de renda e contribuição social	(2.343)	(13.064)	-	-	-	(15.407)		
(Prejuízo) lucro líquido	(27.937)	64.875	18	(1.542)	(71.137)	(35.723)		
Ativos totais	981.678	3.584.003	559	6.303	969.699	5.542.242		
Passivos totais	119.027	2.382.689	-	3.952	526.933	3.032.601		

	PCH	Eólicas	Solar	Comercialização	Adm	Consolidado
Receita líquida	40.526	185.349	136	-	-	226.011
Custos não gerenciáveis	(674)	(10.763)	-	-	-	(11.437)
Margem Bruta	39.852	174.586	136	-	-	214.574
Custos gerenciáveis	(4.665)	(20.540)	(147)	(38)	(31.156)	(56.546)
Depreciação	(5.568)	(62.885)	-	-	(1.073)	(69.526)
Receita financeira	3.555	8.773	-	-	20.098	32.426
Despesa financeira	(8.570)	(70.466)	-	-	(25.651)	(104.687)
Imposto de renda e contribuição social	(2.807)	(7.163)	-	-	-	(9.970)
Lucro líquido (prejuízo)	21.797	22.305	(11)	(38)	(37.782)	6.271
Ativos totais	263.174	3.234.506	533	-	173.966	3.672.179
Passivos totais	105.032	2.217.852	_	-	348.695	2.671.579

31/12/2013







7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Conso	lidado	Contro	ladora
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	22	10	0	11
Caixa	22	18	9	11
Bancos conta movimento	56.898	22.318	785	441
Aplicações financeiras	538.697	351.711	198.831	110.234
Total	595.617	374.047	199.625	110.686
Apresentados como:				
Caixa e equivalentes de caixa	86.599	132.598	28.598	110.686
Aplicações financeiras	509.018	241.449	171.027	-
Total	595.617	374.047	199.625	110.686

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa de operações compromissadas, remunerados a taxas que variam de 98% até 107,23% do CDI. As aplicações financeiras correspondentes a fundos de investimento que não tem característica de caixa e equivalentes de caixa foram classificadas na linha de aplicações financeiras.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota 27.

8. Contas a receber de clientes

	Conso	lidado	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Eletrobras	4.744	4.593	-	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	60.957	16.329	-	-
Outros	2.926	1		1
Total	68.627	20.923		1

Os saldos em 31 de dezembro de 2014 são compostos por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 24 dias para os quais não são esperadas perdas na sua realização.







9. Impostos a recuperar

Conso	lidado	Contro	oladora
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
9.534	1.239	8.138	1.239
3.610	7.015	-	4.575
615	124	31	30
582	2.133	289	1.447
552	197	3	24
134	28	8	8
37	15	7	4
15.064	10.751	8.476	7.327
	9.534 3.610 615 582 552 134 37	9.534 1.239 3.610 7.015 615 124 582 2.133 552 197 134 28 37 15	31/12/2014 31/12/2013 31/12/2014 9.534 1.239 8.138 3.610 7.015 - 615 124 31 582 2.133 289 552 197 3 134 28 8 37 15 7

10. Adiantamentos a fornecedores

	Conso	olidado	Contro	oladora
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamentos a fornecedores	8.575	5.065	6.033	3.261

Estes adiantamentos foram realizados para manutenção das operações da Companhia e suas controladas.

11. Cauções e depósitos vinculados

	Conso	lidado	Contro	ladora
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante	40	27.231	40	40
Não circulante	160.487	123.981		451
Total	160.527	151.212	40	491







Em 31 de dezembro de 2014, o detalhamento do saldo das cauções e depósitos vinculados é apresentado no quadro abaixo:

					Consc	olidado
Companhia	Caução	Instituição	Taxa	Objeto Contratual	31/12/2014	31/12/2013
Salvador Eólica	Conta Garantia	Citibank	98,70% CDI	Financiamento BNDES	-	18.003
Bahia Eólica	Conta Garantia	Citibank	98,70% CDI	Financiamento BNDES	-	9.188
Renova	Outros	-	-	Aluguel de imóvel	40	40
				Total circulante	40	27.231

					Conso	olidado
Companhia	Caução	Instituição	Taxa	Objeto Contratual	31/12/2014	31/12/2013
LER 2009	Reserva Especial (a)	Citibank	98,70% CDI	Financiamento BNDES	101.111	69.241
LER 2009	Reserva O&M (b)	Citibank	98,70% CDI	Financiamento BNDES	4.536	4.160
LER 2009	Reserva SD (c)	Citibank	98,70% CDI	Financiamento BNDES	41.908	38.433
Espra	Garantia	BNB	98,00% CDI	Financiamento BNB	12.932	11.696
Renova	Garantia	ANEEL	-	Estudos de projetos e inventários		451
				Total não circulante	160.487	123.981

Os saldos referem-se a aplicações financeiras de instrumentos de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES e Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"). Estas aplicações somente poderão ser movimentadas pela Companhia mediante autorização expressa do BNDES e BNB.

- (a) Refere-se à caução "Reserva especial" do contrato do BNDES transferida compulsoriamente pelo banco mandatário das SPEs para suas controladoras diretas. Esta reserva destina-se receber a totalidade dos recursos excedentes advindos das contas centralizadoras mantidas com o banco e não movimentável pela controlada com finalidade de garantir o pagamento integral das prestações de amortizações do principal e dos acessórios da dívida. Estas cauções somente poderão ser movimentadas pela controlada mediante autorização expressa pelo BNDES.
- (b) Reserva que as controladas deverão manter durante todo o prazo de vigência do contrato com finalidade de garantir os pagamentos das obrigações dos contratos de operação e manutenção (O&M).
- (c) Reserva que as controladas deverão manter durante todo o prazo de vigência do contrato com finalidade de garantir os pagamentos das obrigações do contrato de financiamento.







12. Impostos diferidos

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota 18). Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

	Consolidado									
	At	tivo	Passivo							
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014							
PIS diferido	251	102	41							
COFINS diferida	1.158	472	189							
IRPJ diferido	669	204	126							
CSLL diferida	417	170	68							
Total	2.495	948	424							

Movimentação IRPJ e CSLL diferidos

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	350
Movimentação líquida	24
Saldo em 31 de dezembro de 2013	374
Movimentação líquida	518
Saldo em 31 de dezembro de 2014	892







13. Investimentos

13.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas e em controladas em conjunto:

Empresas	Consolidado	Control	adora	
empi esas	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013	
DOW				
PCH Frankess Controls Elétrices S. A. (Holding)		110.866	124 125	
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	-		124.135	
Renova PCH LTDA.	-	3	-	
Chipley SP Participações S.A. (Holding)	712.212	709.949	-	
Brasil PCH S.A.	713.312	-	-	
Eólico				
Nova Renova Energia S.A.	-	1.071.110	858.291	
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	-	46.968	-	
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	-	-	266	
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XI LTDA.)	-	2.955	-	
Centrais Elétricas Botuquara S.A.	-	2.728	-	
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã X LTDA.)	-	2.682	-	
Centrais Eólicas Tamboril S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XIII LTDA.)	-	2.415	-	
Centrais Eólicas Conquista S.A.	-	2.326	(1)	
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	-	2.085	(1)	
Centrais Eólicas Tingui S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã VI LTDA.)	-	2.007	-	
Centrais Eólicas Cansanção S.A. (anteriro Centrais Eólicas Recôncavo I LTDA.)	_	1.358	(1)	
Centrais Eólicas Macambira S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XI LTDA.)	_	1.958	-	
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XVII LTDA.)	-	1.933	-	
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XIX LTDA.)	_	1.594	_	
Centrais Eólicas Putumuju S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista X LTDA.)	_	1.350	_	
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	_	1.310	(1)	
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. (anterior Centrais Eólicas Arapuã LTDA.)	_	1.218	(1)	
Centrais Eólicas Ico S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista IX LTDA.)	-	1.185	-	
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã I LTDA.)	_	807	_	
Centrais Eólicas Caliandra S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista VII LTDA.)	_	606	_	
Centrais Eólicas Canjoão S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã II LTDA.)	_	595	_	
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista I LTDA.)	_	548	(2)	
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XII LTDA.)	_	538	-	
Centrais Eólicas Itapuã VLTDA.	_	190	_	
Centrais Eólicas Bela Vista XIV LTDA.	_	95	_	
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A.	_	97	_	
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã VIII LTDA.)	_		28	
Centrais Eólicas Cedro S.A.	_	_	(1)	
Centrais Eólicas Sabiu S.A. (anterior Centrais Eólicas Riacho de Santana LTDA.)	_	_	(1)	
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. (anterior Centrais Eólicas Santana LTDA.)	_	_	(1)	
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	_	(323)	(1)	
Outras participações (*)	_	3	86	
Renovapar S.A.	-	-	(16)	
Comercialização				
Renova Comercializadora de Energia S.A.	-	2.351	-	
Total	713.312	1.973.507	982.779	

^(*) Demais empresas listadas na Nota 1







13.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas e controlada em conjunto estão apresentadas abaixo:

	31/12/2014							31/12/2013				
Companhia	Quantidade total de ações	. ,	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro (prejuízo) no exercício**	Quantidade total de ações	. ,	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro (prejuízo) do exercício
PCH												
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	5.170.101	100,00	101.955	110.866	15.966	2.697	5.170.101	100,00	101.955	124.135	(5.142)	21.652
Renova PCH LTDA.	31.875	99,00	32	3	-	(6)	99	99,00	-	-	-	(8)
Chipley SP Participações S.A. (Holding)	1.200	100,00	1	709.949	-	(24.736)	-	-	-	-	-	-
Eólico												
Nova Renova Energia S.A.	870.083.000	99,99	870.083	1.071.110	-	70.011	613.485.292	100,00	613.485	858.291	-	22.366
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	12.163.808	100,00	12.164	46.968	-	(1.598)	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	-	-	-	-	-	(17)	219.536	100,00	220	266		(7)
Centrais Eólicas Abil S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista VIII LTDA.)	-	-	-	-	-	(140)	10.000	100,00	10	-	-	-
Centrais Eólicas Acácia S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XII LTDA.)	-	-	-	-	-	(34)	10.000	100,00	10	-	-	-
Centrais Eólicas Angico S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XIII LTDA.)	-	-	-	-	-	(29)	10.000	100,00	10	-	-	-
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XVI LTDA.)	-	-	-	-	-	(158)	10.000	100,00	10	-	-	-
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XVII LTDA.)	-	-	-	-	-	(47)	10.000	100,00	10	-	-	-
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XVIII LTDA.)	-	-	-	-	-	(100)	10.000	100,00	10	-	-	-
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XIX LTDA.)	-	-	-	-	-	(29)	10.000	100,00	10	-	-	-
Centrais Eólicas Tabua S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XX LTDA.)	-	-	-	-	-	(160)	10.000	100,00	10	-	-	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XI LTDA.)	100	99,00	-	2.955	-	(23)	100	99,00	-	-	-	(7)
Centrais Elétricas Botuquara S.A.	21.197	99,00	21	2.728	-	(6)	100	99,00	-	-	-	(6)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã X LTDA.)	100	99,00	-	2.682	-	(33)	100	99,00	-	-	-	(7)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XIII LTDA.)	100	99,00	-	2.415	-	(47)	100	99,00	-	-	-	(7)
Centrais Eólicas Conquista S.A.	100	99,00	-	2.326	-	(6)	100	99,00	-	(1)	-	(2)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	100	99,00	-	2.085	-	(8)	100	99,00	-	(1)	-	(1)
Centrais Eólicas Tingui S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã VI LTDA.)	100	99,00	-	2.007	-	(207)	100	99,00	-	-	-	(7)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. (anteriro Centrais Eólicas Recôncavo I LTDA.)	100	99,00	-	1.358	-	(10)	100	99,00	-	(1)	-	(1)
Centrais Eólicas Macambira S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XI LTDA.)	10.000	99,00	10	1.958	-	(26)	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XVII LTDA.)	100	99,00	-	1.933	-	(188)	100	99,00	-	-	-	(8)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XIX LTDA.)	100	99,00	-	1.594	-	(26)	100	99,00	-	-	-	(8)
Centrais Eólicas Putumuju S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista X LTDA.)	10.000	99,00	10	1.350	-	(16)	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	100	99,00	-	1.310	-	(6)	100	99,00	-	(1)	-	(2)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. (anterior Centrais Eólicas Arapuã LTDA.)	100	99,00	-	1.218	-	(19)	100	99,00	-	(1)	-	(2)
Centrais Eólicas Ico S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista IX LTDA.)	10.000	100,00	10	1.185	-	(13)	-	-	-	-	-	-

- Continua –







- Continuação -

- Continuação -	31/12/2014							31/12/2013				
Companhia	Quantidade total de ações	Participação Renova (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro (prejuízo) no exercício**	Quantidade total de ações	Participação Renova (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro (prejuízo) do exercício
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã I LTDA.)	100	99,00	-	807	-	(60)	100	99,00	-	-	-	(7)
Centrais Eólicas Caliandra S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista VII LTDA.)	10.000	100,00	10	606	-	(43)	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã II LTDA.)	100	99,00	-	595	-	(15)	100	99,00	-	-	-	(7)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista I LTDA.)	100	99,00	10	548	-	(8)	100	99,00	-	(2)	-	(2)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XII LTDA.)	100	99,00	-	538	-	(145)	100	99,00	-	-	-	(8)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA.	100	99,00	-	190	-	(7)	100	99,00	-	-	-	(7)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV LTDA.	10.000	99,00	10	95	-	1	10.000	99,00	10	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A.	-	99,00	-	97	-	5	-	-	-	-		-
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã VIII LTDA.)	-	-	-	_	-	(126)	100	100,00	-	28		(8)
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XVI LTDA.)	-	-	-	-	-	(75)	100	99,00	-	-		(7)
Centrais Eólicas Cedro S.A.	-	-	-	_	-	(117)	100	99,00	-	(1)		(1)
Centrais Eólicas Vellozia S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã III LTDA.)	-	-	-	-	-	(109)	100	99,00	-	-		(7)
Centrais Eólicas Angelim S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista VI LTDA.)	-	-	-	-	-	1	_	-	-	-	-	- '
Centrais Eólicas Facheio S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XXI LTDA.)	-	-	-	-	-	(8)	100	99,00	-	-		(8)
Centrais Eólicas Sabiu S.A. (anterior Centrais Eólicas Riacho de Santana LTDA.)	-	-	-	-	-	(32)	100	99,00	-	(1)		(1)
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista II LTDA.)	-	-	-	_	-	2	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista V LTDA.)	-	-	-	-	-	2	_	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jataí S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã IX LTDA.)	-	-	-	_	-	(8)	100	99,00	-	-		(7)
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista III LTDA.)	-	-	-	-	-	1	_	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Amescla S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista IV LTDA.)	-	-	-	_	-	2	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XVIII LTDA.)	-	-	-	-	-	(19)	100	99,00	-	-		(8)
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. (anterior Centrais Eólicas Santana LTDA.)	-	-	-	_	-	(10)	100	99,00	-	(1)		(1)
Centrais Eólicas Manineiro S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XIV LTDA.)	-	-	-	-	-	(30)	100	99,00	-	-		(7)
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	51.130	99,00	51	(323)	-	(323)	100	99,00	-	(1)		(42)
Outras participações (*)	-	-	-	3	-	(65)	_	-	-	86		(32)
Renovapar S.A.	100	100,00	100	-	-	(4)	100	100,00	-	(16)		(16)
Comercialização												
Renova Comercializadora de Energia S.A.	58.377	100,00	58	2.351	-	(1.542)	100	100,00	-	-	-	(37)
				1.973.507	15.966	42.288				982.779	(5.142)	43.732

^(*) Demais empresas listadas na Nota 1.

^(**) Considerando a participação da Companhia.







13.3 Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas e em controlada em conjunto é a seguinte:

13.3.1 Consolidado

Companhia	31/12/2013	AFAC	Equivalência patrimonial Chipley jan - set (*)	Eliminação consolidado	Perda no ganho de participação	Cessão de crédito	patrimonial Brasil PCH out - dez (*)	Amortização da mais valia (*)	Dividendos	31/12/2014
PCH Chipley / Brasil PCH S.A.	-	739.943	(7.887)	(739.943)	(5.259)	754.907	(7.787)	(9.168)	(11.494)	713.312

^(*) O total da equivalência patrimonial é de R\$24.842.

O efeito caixa quando da conciliação da Chipley a partir de outubro de 2014 é de R\$14.964.

13.3.1.1 Variação em participação societária

Até 30 de setembro de 2014, a Companhia detinha o controle compartilhado da Chipley com 60% de participação. A partir de outubro de 2014, a CEMIG GT concluiu a operação e a Renova passou a deter a totalidade das ações. Os efeitos da variação no percentual de participação na Chipley estão demonstrados a seguir:

Demonstrativo da perda no ganho de participação societária na Chipley

Participação até 30 de setembro de 2014	60%
Participação após 30 de setembro de 2014	100%
Participação ganha	40%
Patrimônio líquido da Chipley em 30 de setembro de 2014	(13.145)
Perda no ganho de participação	(5.259)







13.3.1.2 Investimento societário com controle compartilhado – Brasil PCH S.A.

A Companhia mensura seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial. Conforme mencionado na nota explicativa 1.2, em 14 de fevereiro de 2014 a Chipley adquiriu participação de 51% na Brasil PCH S.A. e com o novo Acordo de Acionistas obteve controle compartilhado deste empreendimento. De acordo com o requerido no CPC 45 (IFRS 12), apresentamos as demonstrações financeiras da Brasil PCH (controlada em conjunto):

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

<u>ATIVO</u>	31/12/2014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2014
ATIVOS CIRCULANTES		PASSIVOS CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	85.855	Empréstimos e financiamentos	170.098
Outros ativos circulantes	49.340	Outros passivos circulantes	128.154
Total dos ativos circulantes	135.195	Total dos passivos circulantes	298.252
ATIVOS NÃO CIRCULANTES		PASSIVOS NÃO CIRCULANTE	
Imobilizado	1.171.028	Empréstimos e financiamentos	950.957
Outros ativos não circulantes	100.321	Outros passivos não circulantes	60.310
Total dos ativos não circulantes	1.271.349	Total dos passivos circulantes	1.011.267
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	97.025
TOTAL DO ATIVO	1.406.544	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.406.544







LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA

Imposto de renda e contribuição social

E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO

01/02/2014 a 31/12/2014 RECEITA LÍQUIDA 202.325 CUSTOS DOS SERVIÇOS Depreciações (32.390)Custo de operação (33.719)Encargos de uso do sistema de distribuição (4.745)Total (70.854)LUCRO BRUTO 131.471 RECEITA (DESPESAS) Gerais e administrativas (16.089)Depreciações e amortizações (7.135)Total (23.224)LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO 108.247 RESULTADO FINANCEIRO (94.321)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO DE FEVEREIRO DE 2014 A DEZEMBRO DE 2014

13.926

(9.041)

4.885







13.3.2 Controladora

Companhia	31/12/2012	Adições	AFAC	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	31/12/2013	Transferência	Adições	AFAC	Ganho (perda) de participação	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	31/12/2014
РСН													
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	107.625	-	-	(5.142)	21.652	124.135	-	-	-	-	(15.966)	2.697	110.866
Renova PCH LTDA.	(19)	-	27	-	(8)	-	-	5	4	-	-	(6)	3
Chipley SP Participações S.A. (Holding)	-	-	-	-	-	-	-	1	739.943	(5.259)	-	(24.736)	709.949
Eólico													
Nova Renova Energia S.A.	652.235	-	183.690	-	22.366	858.291	-	72.908	69.900	-	-	70.011	1.071.110
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	-	-	-	-	-	-	12.164	-	36.402	-	-	(1.598)	46.968
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	208	-	65	-	(7)	266	(801)	552	-	-	-	(17)	-
Centrais Eólicas Abil S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista VIII LTDA.)	-	10	-	-	-	10	(677)	807	-	-	-	(140)	-
Centrais Eólicas Acácia S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XII LTDA.)	-	10	-	-	-	10	(533)	557	-	-	-	(34)	-
Centrais Eólicas Angico S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XIII LTDA.)	-	10	-	-	-	10	(286)	305	-	-	-	(29)	-
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XVI LTDA.)	-	10	-	-	-	10	(644)	792	-	-	-	(158)	-
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XVII LTDA.)	-	10	-	-	-	10	(337)	374	-	-	-	(47)	-
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XVIII LTDA.	-	10	-	-	-	10	(646)	736	-	-	-	(100)	-
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XIX LTDA.)	-	10	-	-	-	10	(693)	712	-	-	-	(29)	-
Centrais Eólicas Tabua S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XX LTDA.)	-	10	-	-	-	10	(370)	520	-	-	-	(160)	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XI LTDA.)	-	-	8	-	(7)	1	-	-	2.977	-	-	(23)	2.955
Centrais Elétricas Botuquara S.A.	(10)	-	17	-	(6)	1	-	-	2.733	-	-	(6)	2.728
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã X LTDA.)	-	-	8	-	(7)	1	-	-	2.714	-	-	(33)	2.682
Centrais Eólicas Tamboril S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XIII LTDA.)	-	-	8	-	(7)	1	-	-	2.461	-	-	(47)	2.415
Centrais Eólicas Conquista S.A.	-	-	-	-	(2)	(2)	-	-	2.334	-	-	(6)	2.326
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	-	-	-	-	(1)	(1)	-	-	2.094	-	-	(8)	2.085
Centrais Eólicas Tingui S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã VI LTDA.)	-	-	8	-	(7)	1	-	-	2.213	-	-	(207)	2.007
Centrais Eólicas Cansanção S.A. (anteriro Centrais Eólicas Recôncavo I LTDA.)	-	-	-	-	(1)	(1)	-	-	1.369	-	-	(10)	1.358
Centrais Eólicas Macambira S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XI LTDA.)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.984	-	-	(26)	1.958
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XVII LTDA.)	-	-	8	-	(8)	-	-	-	2.121	-	-	(188)	1.933
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XIX LTDA.)	-	-	8	-	(8)	-	-	-	1.620	-	-	(26)	1.594
Centrais Eólicas Putumuju S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista X LTDA.)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.366	-	-	(16)	1.350
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	-	-	-	-	(2)	(2)	-	-	1.318	-	-	(6)	1.310
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. (anterior Centrais Eólicas Arapuã LTDA.)	-	-	-	-	(2)	(2)	-	-	1.239	-	-	(19)	1.218
Centrais Eólicas Ico S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista IX LTDA.)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.198	-	-	(13)	1.185

⁻ Continua -







- Continuação -

Companhia	31/12/2012	Adições	AFAC	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	31/12/2013	Transferência	Adições	AFAC	Ganho (perda) de participação	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	31/12/2014
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã I LTDA.)	-	-	7	-	(7)	-	-	-	867	-	-	(60)	807
Centrais Eólicas Caliandra S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista VII LTDA.)	-	-	-	-	-	-	-	-	649	-	-	(43)	606
Centrais Eólicas Canjoão S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã II LTDA.)	-	-	8	-	(7)	1	-	-	609	-	-	(15)	595
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista I LTDA.)	-	-	-	-	(2)	(2)	-	-	558	-	-	(8)	548
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XII LTDA.)	-	-	8	-	(8)	-	-	-	683	-	-	(145)	538
Centrais Eólicas Itapuã VLTDA.	-	-	7	-	(7)	-	-	-	197	-	-	(7)	190
Centrais Eólicas Bela Vista XIV LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	94	-	-	1	95
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	92	-	-	5	97
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã VIII LTDA.)	-	-	36	-	(7)	29	(660)	757	-	-	-	(126)	-
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XVI LTDA.)	-	-	8	-	(7)	1	(342)	416	-	-	-	(75)	-
Centrais Eólicas Cedro S.A.	-	-	-	-	(1)	(1)	(246)	364	-	-	-	(117)	-
Centrais Eólicas Vellozia S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã III LTDA.)	-	-	7	-	(7)	-	(544)	653	-	-	-	(109)	-
Centrais Eólicas Angelim S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista VI LTDA.)	-	-	-	-	-	-	(616)	615	-	-	-	1	-
Centrais Eólicas Facheio S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XXI LTDA.)	-	-	8	-	(8)	-	(467)	475	-	-	-	(8)	-
Centrais Eólicas Sabiu S.A. (anterior Centrais Eólicas Riacho de Santana LTDA.)	-	-	-	-	(1)	(1)	(378)	411	-	-	-	(32)	-
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista II LTDA.)	-	-	-	-	-	-	(460)	458	-	-	-	2	-
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista V LTDA.)	-	-	-	-	-	-	(540)	538	-	-	-	2	-
Centrais Eólicas Jataí S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã IX LTDA.)	-	-	8	-	(7)	1	(465)	472	-	-	-	(8)	-
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista III LTDA.)	-	-	-	-	-	-	(464)	463	-	-	-	1	-
Centrais Eólicas Amescla S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista IV LTDA.)	-	-	-	-	-	-	(386)	384	-	-	-	2	-
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XVIII LTDA.)	-	-	8	-	(8)	-	(611)	630	-	-	-	(19)	-
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. (anterior Centrais Eólicas Santana LTDA.)	-	-	-	-	(1)	(1)	(494)	505	-	-	-	(10)	-
Centrais Eólicas Manineiro S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XIV LTDA.)	-	-	8	-	(7)	1	(504)	533	-	-	-	(30)	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	(10)	-	51	-	(42)	(1)	-	-	1	-	-	(323)	(323)
Outras participações (*)	-	3	27	-	(32)	(2)	-	-	70	-	-	(65)	3
Renovapar S.A.	-	-	-	-	(16)	(16)	-	-	20	-	-	(4)	-
Comercialização													
Renova Comercializadora de Energia S.A.	-	-	38	-	(37)	1	-	19	3.873	-	-	(1.542)	2.351
Total	760.029	83	184.076	(5.142)	43.733	982.779		85.962	883.703	(5.259)	(15.966)	42.288	1.973.507

^(*) Demais empresas listas na Nota 1







13.4 Movimentação dos dividendos a receber

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	27.230
Dividendos propostos	-	5.142
Dividendos recebidos		(11.920)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	20.452
Dividendos propostos	11.494	15.966
Dividendos recebidos	(11.494)	(35.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		539

Em 31 de dezembro de 2014 a controlada Enerbras possuía dividendos a pagar no valor de R\$539 (R\$20.452, em 2013). Esses valores encontram-se registrados na rubrica de dividendos a receber no grupo Ativo Circulante da Controladora.







13.5 Movimentação dos investimentos da controlada Nova Renova

A abertura dos investimentos realizados na subholding Nova Renova que controla as companhias Renova Eólica, Salvador Eólica e Bahia Eólica é a seguinte:

			.=. ~	Dividendos	Equivalência	
Companhia	31/12/2013	Adições	AFAC	propostos	<u>patrimonial</u>	31/12/2014
Nova Renova Energia S.A.	477	3	108		(111)	477
Renova Eólica Participações S.A.	(200)	416	3.435	373	(6.560)	(2.536)
Centrais Eólicas da Prata S.A.	24.906	3.255	4.091	(42)	5.626	37.836
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	48.051	3.610	4.938	(65)	7.998	64.532
Centrais Eólicas Morrão S.A.	30.142	5.740	2.140	(82)	9.837	47.777
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	34.189	3.771	5.086	(74)	9.072	52.044
Centrais Eólicas Tanque S.A.	38.902	3.531	3.385	(56)	8.263	54.025
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	29.458	2.471	3.327	(54)	6.866	42.068
Centrais Eólicas Ametista S.A.	21.079	8.072	5.352	-	(303)	34.200
Centrais Eólicas Borgo S.A.	10.573	9.065	3.283	-	(202)	22.719
Centrais Eólicas Caetité S.A.	22.436	8.681	8.738	-	(285)	39.570
Centrais Eólicas Dourados S.A.	23.569	5.313	7.348	-	(306)	35.924
Centrais Eólicas Espigão S.A.	9.841	2.354	3.214	-	(126)	15.283
Centrais Eólicas Maron S.A.	27.267	7.471	4.614	-	(255)	39.097
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	17.190	2.901	4.521	-	(169)	24.443
Centrais Eólicas Pilões S.A.	39.189	2.709	2.914	-	(234)	44.578
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	14.891	3.545	3.406	-	(170)	21.672
Bahia Eólica Participações S.A.	1.253	-	-	6.568	1.427	9.248
Centrais Eólicas Candiba S.A.	21.151	-	-	(75)	(53)	21.023
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	53.393	-	-	(2.457)	2.453	53.389
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	24.517	-	-	(949)	(266)	23.302
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	42.465	-	-	(1.326)	1.562	42.701
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	42.474	-	-	(1.761)	3.063	43.776
Salvador Eólica Participações S.A.	8.076	_	_	19.895	3.814	31.785
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	11.418	_	-	(7)	803	12.214
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	26.746	_	-	(622)	986	27.110
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	39.587	_	-	(2.956)	3.638	40.269
Centrais Eólicas N. S. Conceição S.A.	35.396	_	-	(2.772)	4.108	36.732
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	33.514	_	-	(2.891)	1.959	32.582
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	37.207	_	-	(3.528)	2.440	36.119
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	13.552	_	-	-	(1.323)	12.229
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	49.476	_	-	(7.086)	5.610	48.000
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	26.106	_	-	(33)	849	26.922
TOTAL	858.291	72.908	69.900	-	70.011	1.071.110







Companhia	31/12/2012	AFAC	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	31/12/2013
Nova Renova Energia S.A.	465	126	- propostos	(114)	477
Renova Eólica Participações S.A.	(21)	153	-	(332)	(200)
Centrais Eólicas da Prata S.A.	24.116	1.757	-	(967)	24.906
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	28.674	20.445	-	(1.068)	48.051
Centrais Eólicas Morrão S.A.	25.868	5.400	-	(1.126)	30.142
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	25.858	9.472	-	(1.141)	34.189
Centrais Eólicas Tanque S.A.	34.459	5.614	-	(1.171)	38.902
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	23.764	6.629	-	(935)	29.458
Centrais Eólicas Ametista S.A.	10.830	10.490	-	(241)	21.079
Centrais Eólicas Borgo S.A.	7.126	3.627	-	(180)	10.573
Centrais Eólicas Caetité S.A.	10.380	12.265	-	(209)	22.436
Centrais Eólicas Dourados S.A.	10.607	13.295	-	(333)	23.569
Centrais Eólicas Espigão S.A.	4.627	5.405	-	(191)	9.841
Centrais Eólicas Maron S.A.	10.997	16.535	-	(265)	27.267
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	8.064	9.335	-	(209)	17.190
Centrais Eólicas Pilões S.A.	25.231	14.242	-	(284)	39.189
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	6.587	8.498	-	(194)	14.891
Bahia Eólica Participações S.A.	715	-	65	473	1.253
Centrais Eólicas Candiba S.A.	20.097	835	(1)	220	21.151
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	50.037	792	(25)	2.589	53.393
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	22.897	635	(9)	994	24.517
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	40.057	1.010	(13)	1.411	42.465
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	39.456	605	(17)	2.430	42.474
Salvador Eólica Participações S.A.	6.279	-	199	1.598	8.076
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	8.884	2.538	-	(4)	11.418
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	22.045	3.798	(6)	909	26.746
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	30.178	5.650	(30)	3.789	39.587
Centrais Eólicas N. S. Conceição S.A.	30.882	1.635	(28)	2.907	35.396
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	27.499	2.990	(29)	3.054	33.514
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	29.224	4.292	(35)	3.726	37.207
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	10.619	3.437	-	(504)	13.552
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	32.912	9.155	(71)	7.480	49.476
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	22.822	3.030		254	26.106
TOTAL	652.235	183.690		22.366	858.291







13.6 Transferência de controle societário

Em 10 de novembro de 2014, a Companhia aumentou o capital social de sua controlada Alto Sertão Participações S.A. ("Alto Sertão") de R\$100 (cem reais) para R\$12.164, que por sua vez aumentou o capital social de sua controlada direta Diamantina Eólica Participações S.A. ("Diamantina") de R\$100 (cem reais) para R\$12.164, na sua totalidade a valores contábeis dos investimentos por meio da transferência de todas as ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de suas controladas Centrais Eólicas Manineiro, Centrais Eólicas Pau d'Água, Centrais Eólicas São Salvador, Centrais Eólicas Abil, Centrais Eólicas Tabua, Centrais Eólicas Jabuticaba, Centrais Eólicas Vaqueta, Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado, Centrais Eólicas Taboquinha, Centrais Eólicas Acácia, Centrais Eólicas Folha da Serra, Centrais Eólicas Angico, Centrais Eólicas Jataí, Centrais Eólicas Amescla, Centrais Eólicas Imburana Macho, Centrais Eólicas Juazeiro, Centrais Eólicas Facheio, Centrais Eólicas Sabiu, Centrais Eólicas Umbuzeiro, Centrais Eólicas Unha d'Anta, Centrais Eólicas Vellozia, Centrais Eólicas Cedro, Centrais Eólicas Angelim, Centrais Eólicas Barbatimão nos termos dos Laudos de Avaliação, mediante a emissão de 12.163.708 (doze milhões, cento e sessenta e três mil e setecentas e oito) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Desta forma, a Diamantina passa a deter o controle direto das mencionadas controladas e a Alto Sertão passou a deter o controle indireto sobre elas.

Essa alteração foi necessária devido à estrutura de financiamento para os seus empreendimentos de parques eólicos referentes ao LEN 2012 (A-5), LER 2013 e Mercado livre.

A abertura dos investimentos realizados na subholding Alto Sertão que controla a companhia Diamantina é a seguinte:







Companhia	31/12/2013	Transferência de Controle	AFAC	Equivalência patrimonial	31/12/2014
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	-	-	-	-	-
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding)	-	-	-	7	7
Centrais Eólicas Manineiro S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XIV LTDA.)	-	504	1.523	(106)	1.921
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. (anterior Centrais Eólicas Santana LTDA.)	-	494	1.674	(42)	2.126
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	-	801	1.359	(47)	2.113
Centrais Eólicas Abil S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista VIII LTDA.)	-	677	2.172	(184)	2.665
Centrais Eólicas Tabua S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XX LTDA.)	-	370	1.337	(48)	1.659
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XVII LTDA.)	-	337	786	(95)	1.028
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã VIII LTDA.)	-	660	2.099	(78)	2.681
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XVIII LTDA.)	_	646	1.445	(36)	2.055
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XIX LTDA.)	-	693	1.168	(63)	1.798
Centrais Eólicas Acácia S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XII LTDA.)	-	533	2.236	(68)	2.701
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XVI LTDA.)	-	644	1.480	(37)	2.087
Centrais Eólicas Angico S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XIII LTDA.)	-	286	670	(144)	812
Centrais Eólicas Jataí S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã IX LTDA.)	-	465	1.017	(32)	1.450
Centrais Eólicas Amescla S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista IV LTDA.)	-	386	1.199	(6)	1.579
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista III LTDA.)	-	464	1.262	(52)	1.674
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista V LTDA.)	-	540	1.387	(60)	1.867
Centrais Eólicas Facheio S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XXI LTDA.)	-	467	1.246	(64)	1.649
Centrais Eólicas Sabiu S.A. (anterior Centrais Eólicas Riacho de Santana LTDA.)	-	378	1.142	(62)	1.458
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XVIII LTDA.)	-	611	1.479	(65)	2.025
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XVI LTDA.)	-	342	2.931	(90)	3.183
Centrais Eólicas Vellozia S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã III LTDA.)	-	544	2.192	(51)	2.685
Centrais Eólicas Cedro S.A.	-	246	1.220	(49)	1.417
Centrais Eólicas Angelim S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista VI LTDA.)	-	616	2.236	(88)	2.764
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista II LTDA.)	-	460	1.142	(38)	1.564
TOTAL	·	12,164	36.402	(1.598)	46.968







14. Ativo Imobilizado

14.1 Consolidado

		31/12/2014			31/12/2013		
	Taxas anuais de	Custo	Depreciação		Custo	Depreciação	Valor
	depreciação %	histórico	acumulada	Valor líquido	histórico	acumulada	líquido
Imobilizado em serviço							
Geração		505		505	505		505
Terrenos	20/	595	- (14.467)	595	595	(12.222)	595
Reservatórios, barragens e adutoras	3%	95.797	(14.467)	81.330	95.797	(12.232)	83.565
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	136.763	(16.428)	120.335	127.732	(10.990)	116.742
Máquinas e equipamentos	4%	1.825.932	(154.822)	1.671.110	1.242.337	(89.799)	1.152.538
Veículos	20%	202	(32)	170	202	(2)	200
Móveis e utensílios	10%	120	(74)	46	119	(62)	57
Equipamento de informática	20%	245	(209)	36	245	(170)	75
Torres de medição	20%	19.489	(6.141)	13.348	9.086	(3.839)	5.247
Equipamentos de medição	20%	367	(3)	364	-	-	-
Equipamentos de Torres	20%	951	-	951	-	-	-
Outros	20%	6.768	(679)	6.089	6.768	(356)	6.412
Sistema de transmissão e conexão							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	5.385	(174)	5.211	1.668	(80)	1.588
Máquinas e equipamentos	4%	268.947	(9.259)	259.688	87.594	(4.378)	83.216
		2.361.561	(202.288)	2.159.273	1.572.143	(121.908)	1.450.235
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	3.958	(394)	3.564	2.167	(91)	2.076
Benfeitorias	10%	1.949	(206)	1.743	2.304	(243)	2.061
Móveis e utensílios	10%	7.492	(1.080)	6.412	3.223	(680)	2.543
Softwares	20%	3.480	(1.325)	2.155	2.472	(776)	1.696
Equipamento de informática	20%	2.980	(997)	1.983	1.650	(599)	1.051
		19.859	(4.002)	15.857	11.816	(2.389)	9.427
Total do imobilizado em serviço		2.381.420	(206.290)	2.175.130	1.583.959	(124.297)	1.459.662
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		348.769	-	348.769	237.438	-	237.438
Estudos e projetos		23.757	-	23.757	27.102	-	27.102
Terrenos		11.325	-	11.325	12.462	-	12.462
Edificações, obras civis e benfeitorias		115.470	-	115.470	183.853	-	183.853
Torres de medição		3.285	-	3.285	4.105	-	4.105
Aerogeradores		549.307	-	549.307	895.864	-	895.864
Equipamentos de subestação		87.804	-	87.804	113.417	-	113.417
Adiantamentos a fornecedores		652.196		652.196	171.582		171.582
Total do imobilizado em curso		1.791.913		1.791.913	1.645.823	-	1.645.823
Total imobilizado		4.173.333	(206.290)	3.967.043	3.229.782	(124.297)	3.105.485







14.2 Movimentações do imobilizado (consolidado)

112 World was a surface of the surfa	31/12/2013	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas	31/12/2014
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Usina					
Terrenos	595	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	127.732	-	-	9.031	136.763
Máquinas e equipamentos	1.242.337	7.790	-	575.805	1.825.932
Veículos	202	-	-	-	202
Móveis e utensílios	119	1	-	-	120
Equipamento de informática	245	_	-	-	245
Torres de medição	9.086	10.403	-	-	19.489
Equipamentos de medição	-	367	-	-	367
Equipamentos de Torres	-	951	-	-	951
Outros	6.768	-	-	-	6.768
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.668	_	_	3.717	5.385
Máquinas e equipamentos	87.594	710	_	180.643	268.947
	1.572.143	20.222		769.196	2.361.561
	1.572.115			707.170	2.301.301
Administração					
Máquinas e equipamentos	2.167	1.393	_	398	3.958
Benfeitorias	2.304	16	(371)	-	1.949
Móveis e utensílios	3.223	4.269	(371)		7.492
Softwares	2.472	1.008	_	_	3.480
Equipamento de informática	1.650	1.330	-	-	2.980
Equipamento de informatica	11.816	8.016	(271)	398	19.859
Total do imobilizado em serviço - custo	1.583.959	28.238	(371)	769.594	2.381.420
(-) Depreciação					
Geração					
Usina					
Reservatórios, barragens e adutoras	(12.222)	(2.225)			(14.467)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(12.232)	(2.235)	-	-	(14.467)
	(10.990)	(5.438)	-	-	(16.428)
Máquinas e equipamentos	(89.799)	(65.023)	-	-	(154.822)
Veículos	(2)	(30)	-	-	(32)
Móveis e utensílios	(62)	(12)	-	-	(74)
Equipamento de informática	(170)	(39)	-	-	(209)
Torres de medição	(3.839)	(2.302)	-	-	(6.141)
Equipamentos de medição	-	(3)	-	-	(3)
Outros	(356)	(323)	-	-	(679)
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(80)	(94)	-	-	(174)
Máquinas e equipamentos	(4.378)	(4.881)			(9.259)
	(121.908)	(80.380)	-		(202.288)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(91)	(303)	_	_	(394)
Benfeitorias	(243)	(158)	195	_	(206)
Móveis e utensílios	(680)	(400)	-	_	(1.080)
Softwares	(776)	(549)			(1.325)
Equipamento de informática	(599)		-	-	
2quipamento de informatica		(398)	105	-	(997)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(2.389)	(1.808)	195 195	-	(4.002)
Total do imobilizado em serviço - depreciação Total do imobilizado em serviço	(124.297)	(82.188)		769.594	(206.290)
1 otal ao miodinzado em serviço	1.459.662	(53.950)	(176)	/69.394	2.175.130







- CONTINUAÇÃO -

	31/12/2013	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas	31/12/2014
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	237.438	258.319	-	(146.988)	348.769
Estudos e projetos	27.102	3.293	(3.832)	(2.806)	23.757
Terrenos	12.462	4.049	-	(5.186)	11.325
Edificações, obras civis e benfeitorias	183.853	31.507	-	(99.890)	115.470
Torres de medição	4.105	405	-	(1.225)	3.285
Aerogeradores	895.864	110.529	-	(457.086)	549.307
Equipamentos de subestação	113.417	33.389	-	(59.002)	87.804
Adiantamentos a fornecedores	171.582	478.025		2.589	652.196
Total do imobilizado em curso	1.645.823	919.516	(3.832)	(769.594)	1.791.913
Total do imobilizado	3.105.485	865.566	(4.008)		3.967.043







	31/12/2012	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas	31/12/2013
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração Usina					
Terrenos	595	_	_	_	595
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	118.031	9.701	-	-	127.732
Máquinas e equipamentos	1.242.201	136	-	-	1.242.337
Veículos	-	202	-	-	202
Móveis e utensílios	119	7	-	(7)	119
Equipamento de informática	245	-	-	-	245
Torres de medição	8.728	333	-	25	9.086
Outros	24	-	-	6.744	6.768
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.668	-	-	-	1.668
Máquinas e equipamentos	87.196	398		-	87.594
	1.554.604	10.777		6.762	1.572.143
A dministração					
Administração Máquinas e equipamentos	596	1.571			2.167
Maquinas e equipamentos Benfeitorias	2.277	1.571	-	-	2.167
Móveis e utensílios	2.288	928	-	7	3.223
Softwares	1.612	860	_	,	2.472
Equipamento de informática	1.174	494	(18)		1.650
Equipamento de información	7.947	3.880	(18)	7	11.816
Total do imobilizado em serviço - custo	1.562.551	14.657	(18)	6.769	1.583.959
•			<u>`</u>		
(-) Depreciação Geração					
Usina					
Reservatórios, barragens e adutoras	(9.999)	(2.233)	_	_	(12.232)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(6.762)	(4.228)	_	_	(10.990)
Máquinas e equipamentos	(32.858)	(56.941)	-	-	(89.799)
Veículos	-	(2)	-	-	(2)
Móveis e utensílios	(51)	(11)	-	-	(62)
Equipamento de informática	(128)	(42)	-	-	(170)
Torres de medição	(2.303)	(1.536)	-	-	(3.839)
Outros	(4)	(352)	-	-	(356)
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(24)	(56)	-	-	(80)
Máquinas e equipamentos	(1.330)	(3.048)	-	-	(4.378)
	(53.459)	(68.449)	-	-	(121.908)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(31)	(60)	-	-	(91)
Benfeitorias	(153)	(90)	-	-	(243)
Móveis e utensílios	(412)	(268)	-	-	(680)
Softwares	(367)	(409)	-	-	(776)
Equipamento de informática	(354)	(250)			(599)
Total de imphilipede em convice demuscices	(1.317)	(69.526)	5	-	(2.389)
Total do imobilizado em serviço - depreciação Total do imobilizado em serviço	(54.776) 1.507.775	(54.869)	(13)	6.769	(124.297) 1.459.662
1 otal do ilifobilizado em serviço	1.507.775	(34.867)	(13)	0.707	1.437.002
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	74.404	163.026	-	8	237.438
Estudos e projetos	27.547	960	(1.405)	_	27.102
Terrenos	5.840	6.622	` <u>-</u> ´	_	12.462
Edificações, obras civis e benfeitorias	_	183.853	-	_	183.853
Torres de medição	3.448	657	-	-	4.105
Aerogeradores	933	875.714	_	19.217	895.864
Equipamentos de subestação	100.304	1.451	_	11.662	113.417
Adiantamentos a fornecedores	201.181	1.313	-	(30.912)	171.582
Projetos sociais - BNDES		3.273	-	(6.744)	
Total do imobilizado em curso	3.471 417.128	1.236.869	(1.405)	(6.744)	1 645 823
i otal uo miodinzado em cuiso	417.120	1.230.809	(1.403)	(0.709)	1.645.823
Total do imobilizado	1.924.903	1.182.000	(1.418)		3.105.485







14.3 Controladora

			31/12/2014			31/12/2013	
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	19.489	(6.141)	13.348	9.086	(3.839)	5.247
Equipamentos de medição	20%	367	(3)	364	-	-	-
Equipamentos de Torres	20%	951		951			
		20.807	(6.144)	14.663	9.086	(3.839)	5.247
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	3.890	(392)	3.498	2.138	(90)	2.048
Benfeitorias	10%	1.949	(206)	1.743	2.304	(243)	2.061
Móveis e utensílios	10%	7.291	(1.048)	6.243	3.171	(658)	2.513
Softwares	20%	3.480	(1.325)	2.155	2.472	(776)	1.696
Equipamento de informática	20%	2.963	(980)	1.983	1.632	(583)	1.049
		19.573	(3.951)	15.622	11.717	(2.350)	9.367
Total do imobilizado em serviço		40.380	(10.095)	30.285	20.803	(6.189)	14.614
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		160.277	-	160.277	123.354	-	123.354
Estudos e projetos		23.757	-	23.757	27.102	-	27.102
Terrenos		2.612	-	2.612	2.612	-	2.612
Adiantamentos a fornecedores		571.908		571.908	40.018		40.018
Total do imobilizado em curso		758.554		758.554	193.086		193.086
Total imobilizado		798.934	(10.095)	788.839	213.889	(6.189)	207.700







14.4 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2013	Adições	Baixas	Integralização de capital S PEs Eólicas	Reclassificações entre rubricas	31/12/2014
Imobilizado em serviço						
Geração						
Torres de medição	9.086	10.403	-	-	-	19.489
Equipamentos de medição	-	367	-	-	-	367
Equipamentos de Torres	-	951	-	-	-	951
	9.086	11.721	-			20.807
Administração						
Máquinas e equipamentos	2.138	1.752	-	-	-	3.890
Benfeitorias	2.304	16	(371)	-	-	1.949
Móveis e utensílios	3.171	4.120	-	-	-	7.291
Softwares	2.472	1.008	-	-	-	3.480
Equipamento de informática	1.632	1.331				2.963
	11.717	8.227	(371)	-	-	19.573
Total do imobilizado em serviço - custo	20.803	19.948	(371)	-	-	40.380
(-) Depreciação						
Geração						
Torres de medição	(3.839)	(2.302)	-	-	-	(6.141)
Equipamentos de medição		(3)				(3)
	(3.839)	(2.305)		-	-	(6.144)
Administração						
Máquinas e equipamentos	(90)	(302)	-	-	-	(392)
Benfeitorias	(243)	(158)	195	-	-	(206)
Móveis e utensílios	(658)	(390)	-	-	-	(1.048)
Softwares	(776)	(549)	-	-	-	(1.325)
Equipamento de informática	(583)	(397)				(980)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(6.189)	(4.101)	195			(10.095)
Total do imobilizado	14.614	15.847	(176)	_		30.285
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	123.354	86.921	-	(49.077)	(921)	160.277
Estudos e projetos	27.102	3.293	(3.832)	-	(2.806)	23.757
Terrenos	2.612	-	-	-	-	2.612
Adiantamentos a fornecedores	40.018	528.163			3.727	571.908
Total do custo do imobilizado em curso	193.086	618.377	(3.832)	(49.077)	_	758.554
Total do imobilizado	207.700	634.224	(4.008)	(49.077)	-	788.839







Imobilização em serviço

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

A ANEEL, por meio do ofício nº 459/2001 - SFF/ANEEL, autorizou a dação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito do financiamento direto.

Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em projetos hídricos, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL. Registram também os investimentos em projetos eólicos vencedores do LER 2010, LEN 2011 (A-3), LEN 2012 (A-5), LER 2013 e projetos comercializados no Mercado Livre que estão em construção por meio das empresas controladas da Companhia. Dentre os investimentos incorridos estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis, subestações e gastos diversos.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado da rubrica de Adiantamentos a fornecedores apresenta o montante de R\$652.196 (2013, R\$171.582), composto da seguinte forma: adiantamento para compra de torres de medição com a IEM, no valor de R\$714, adiantamento para o contrato de fornecimento de equipamentos de subestações assinado com a ABB Ltda., Metalurgica Santa Rita e Sadesul, no valor de R\$53.236, adiantamento para compra de aerogeradores no valor de R\$463.028, com a GE e Alstom, adiantamento para montagem de aerogeradores no valor de R\$77, com a Mammoet, adiantamento para obras civis no valor de R\$90.000, com o Consórcio MGT e outros, adiantamento para serviços diversos para cumprimento de requerimentos ambientais nas instalações dos parques eólicos e outros, no valor de R\$5.141 e adiantamento para aquisição de projeto no valor de R\$40.000.

A rubrica de valores a ratear refere-se principalmente a gastos com projetos, com a implantação das usinas e juros capitalizados. Para a data base de 31 de dezembro de 2014, o montante de juros capitalizados é de R\$89.319 (31 de dezembro de 2013, R\$44.884).

Abertura por projeto

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo da linha de imobilizado em curso é de R\$1.791.913 composto pelos seguintes projetos:







Projetos	Consolidado
LEN 2011 (A-3)	964.301
LEN 2012 (A-5)	11.379
LER 2013	96.650
LEN 2013 (A-5)	41.514
Subtotal - Mercado Regulado	1.113.844
Subtotal - Mercado Livre	542.158
Outros imobilizações em curso	135.911
Total do imobilizado em curso	1.791.913

Baixa de projetos

A Companhia adota como prática a revisão de seu portfólio de projetos básicos e inventários anualmente. Após revisão de seu portfólio de desenvolvimento de projetos de pequenas centrais hidrelétricas, a Companhia optou por descontinuar os projetos de inventário, no montante total de R\$3.832, vide nota 23.

15. Fornecedores

	Consol	idado	Contro	oladora
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores	100.200	242.418	10.989	2.273

No saldo dos fornecedores consolidado em 31 de dezembro de 2014 incluem-se, principalmente, valores referentes aos contratos de fornecimento de equipamentos e materiais contratados para a construção dos parques do LEN 2011 (A-3), LER 2013, LEN 2012 (A-5), mercado livre e outros referentes a aerogeradores, subestações e construção civil.







16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

16.1 Consolidado

							Consolid	ado					
				31	/12/2014					31/12/	2013		
			Circulante			Não circular	nte		Circulante			vão circulan	te
	Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Moeda Nacional													
BNDES - LER 2009 (a)	TJLP + 1,92% a.a.	1.730	40.682	42.412	-	540.733	540.733	1.724	40.315	42.039	-	577.342	577.342
BNDES - LER 2009 (a)	TJLP + 2,18% a.a.	878	19.959	20.837	-	264.394	264.394	880	19.945	20.825	-	284.239	284.239
BNDES - LER 2009 (Subcrédito "C")(a)	TJLP	5	531	536	-	2.163	2.163	6	476	482	-	2.407	2.407
BNDES - LER 2009 (Subcrédito "D")(a)	TJLP	10	995	1.005	-	3.253	3.253	5	470	475	-	2.075	2.075
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A Espra (b)	9,5% a.a. (8,08% a.a.)*	-	5.896	5.896	-	90.739	90.739	20	5.536	5.556	-	96.635	96.635
BNDES - LER 2010 (d)	TJLP + 2,98% a.a.	-	-	-	-	-	-	14.106	336.500	350.606	-	-	-
BNDES - LEN 2011 (d)	TJLP + 2,98% a.a.	-	-	-	-	=	=	11.120	263.500	274.620	-	-	-
Notas Promissórias - LER 2010(e)	$100\%\ CDI + 0.98\%\ a.a.$	-	-	-	-	-	-	1.644	107.000	108.644	-	-	-
Notas Promissórias - LEN 2011 ^(e)	$100\%\ CDI + 0.98\%\ a.a.$	5.398	251.200	256.598	-	-	-	4.503	293.000	297.503	-	-	-
Finep - CEOL Itaparica (f)	3,5% a.a.	-	-	-	-	6.356	6.356	-	-	-	-	-	-
BNDES - Renova Eólica ^(a)	TJLP + 2,45%	1.097	21.449	22.546	1.047	650.417	651.464	-	-	-	-	-	-
BNDES - Renova Eólica ^(a)	TJLP + 2,60%	1.855	4.464	6.319	2.177	150.575	152.752	-	-	-	-	-	-
BNDES - Renova Eólica (Subcrédito "P")(a)	TJLP	-	-	-	3	1.320	1.323	-	-	-	-	-	-
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "A") (d)	TJLP + 3,55%	61	-	61	-	140.000	140.000	-	-	-	-	-	-
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "b") (d)	TJLP + 2,5%	33	-	33	-	75.000	75.000	-	-	-	-	-	-
Subtotal dos empréstimos		11.067	345.176	356.243	3.227	1.924.950	1.928.177	34.008	1.066.742	1.100.750	-	962.698	962.698
Custo de captação da operação		-	(801)	(801)	-	(11.126)	(11.126)	-	(616)	(616)	-	(8.843)	(8.843)
TO TAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		11.067	344.375	355.442	3.227	1.913.824	1.917.051	34.008	1.066.126	1.100.134	-	953.855	953.855
*15% de bônus de adimplência													
Debêntures - 2ª emissão - Renova Energia S.A. ^(c)	123,45% CDI	_	=	_	-	-	=	1.207	10.062	11.269	34.996	291.821	326.817
Debêntures - 3ª emissão - Renova Energia S.A. (c)	123,45% CDI	269	_	269	_	500.000	500.000	-	-	_	_	-	_
Debêntures - 1ª emissão - Renova Eólica Participações S.A. (g)	IPCA + 7,6054% a.a.	667	-	667	-	73.676	73.676	=	-	-	-	-	-
Subtotal das debêntures		936		936	-	573.676	573.676	1.207	10.062	11.269	34.996	291.821	326.817
Custo de captação da operação		-	(52)	(52)	-	(1.361)	(1.361)	-	(30)	(30)	-	(1.789)	(1.789)
TO TAL DE DEBÊNTURES		936	(52)	884	-	572.315	572.315	1.207	10.032	11.239	34.996	290.032	325.028







16.2 Controladora

Con		

		Continuation											
				31/	/12/2014					31.	/12/2013		
			Circulante			Não circulante			Circulante			Não circulante	
		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Moeda Nacional	Custo da Dívida												
Debêntures - 2ª emissão - Renova Energia S.A. (c)	123,45% CDI	-	-	-	-	-	-	1.207	10.062	11.269	34.996	291.821	326.817
Debêntures - 3ª emissão - Renova Energia S.A. (c)	123,45% CDI	269	-	269	-	500.000	500.000	-	-	-	-	-	-
Custo de captação da operação		-	(52)	(52)	-	(1.361)	(1.361)	-	(30)	(30)	-	(1.789)	(1.789)
TO TAL DE DEBÊNTURES		269	(52)	217	-	498.639	498.639	1.207	10.032	11.239	34.996	290.032	325.028







16.3 Garantias

O saldo devedor dos Empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2014, é garantido da seguinte forma:

	BNDES (a)	BNB (b)	Debêntures (c)	Total
Recebíveis	7.914.276	650.578	-	8.564.854
Penhor de Ações	1.071.110	110.866	1.181.976	2.363.952
Hipoteca/Alienação de bens	1.264.087	177.729	-	1.441.816
Caução em dinheiro	147.555	12.932		160.487
Total	10.397.028	952.105	1.181.976	12.531.109

16.4 Movimentação

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

		Consolidado		Controladora			
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.421.527	81.995	1.503.522	299.821	5.374	305.195	
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.152.752	-	1.152.752	-	-	-	
Encargos financeiros provisionados	-	98.034	98.034	-	24.588	24.588	
Encargos financeiros pagos	-	(62.086)	(62.086)	_	-	-	
Encargos financeiros capitalizados	-	44.884	44.884	-	6.241	6.241	
Encargos financeiros incorporados ao principal	92.616	(92.616)	-	-	-	-	
Amortização de financiamento	(347.709)	-	(347.709)	-	-	-	
Custo de captação	(171)	-	(171)	(171)	-	(171)	
Apropriação dos custos de captação	1.030	-	1.030	414	-	414	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.320.045	70.211	2.390.256	300.064	36.203	336.267	
Empréstimos e financiamentos obtidos	2.006.419	_	2.006.419	500.000	_	500.000	
Encargos financeiros provisionados	-	110.012	110.012	_	27.314	27.314	
Encargos financeiros pagos	-	(240.518)	(240.518)	_	(81.183)	(81.183)	
Encargos financeiros capitalizados	-	99.497	99.497	_	17.935	17.935	
Encargos financeiros incorporados ao principal	23.972	(23.972)	-				
Amortização de financiamento e debêntures	(1.517.912)	-	(1.517.912)	(301.883)	-	(301.883)	
Custo de captação	(3.149)	-	(3.149)	-	-	-	
Apropriação dos custos de captação	1.061	-	1.061	406	-	406	
Custo de captação capitalizado	26	-	26	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.830.462	15.230	2.845.692	498.587	269	498.856	







16.5 Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante (consolidado) têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/12	/2014
Ano de Vencimento	Consolidado	Controladora
2016	336.687	-
2017	124.457	-
2018	196.332	71.450
2019	194.133	71.450
2020	210.526	71.450
2021 a 2025	947.570	285.650
2026 a 2030	466.094	-
+ 2030	26.054	
Total	2.501.853 (*	500.000 (*)

(*) Valor não inclui o custo de captação do empréstimo

16.6 Resumo dos contratos

(a) Contratos BNDES (Longo prazo)

LER 2009

As controladas Pajeú do Vento, Planaltina, Porto Seguro, Nossa Senhora da Conceição, Guirapá, Serra do Salto, Guanambi, Alvorada e Rio Verde, com a interveniência da controlada Salvador Eólica tomaram financiamentos com o BNDES no montante total de R\$586.677. Os financiamentos possuem taxas de juros de 1,92% a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), e 16 anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira parcela em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de abril de 2029. Os nove parques totalizam 195,2 MW de capacidade instalada e 84 MW médios de energia firme contratada. Em abril de 2014, foi liberada a última parcela do financiamento, no valor de R\$4.370.

O total financiado para os parques Porto Seguro e Serra do Salto inclui o subcrédito "D", destinado a investimentos sociais, no valor total de R\$6.400. O financiamento está indexado à TJLP, tem até dois anos de carência de juros e principal e seis anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de maio de 2019. Em abril de 2014, foi liberada a última parcela do financiamento, no valor de R\$2.500.

As controladas Candiba, Igaporã, Ilhéus, Licínio de Almeida e Pindaí, com interveniência da controlada Bahia Eólica, tomaram financiamentos junto ao BNDES no total de R\$297.380. Os financiamentos possuem taxas de juros de 2,18% a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e 16 anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira parcela em 15 de abril de 2013 e a última em 15 de março de 2029. Os cinco parques totalizam 99,2 MW de capacidade instalada e 43 MW médios de energia firme contratada. Em abril de 2014, foi liberada a última parcela do financiamento, no valor de R\$192.

O total financiado para os parques Candiba e Ilhéus inclui o subcrédito "C", destinado a investimentos sociais, no valor total de R\$3.000. O financiamento está indexado a TJLP, tem até dois anos de carência de juros e principal e







seis anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2014 e a última em 15 de dezembro de 2019. Em abril de 2014, foi liberada a última parcela do financiamento, no valor de R\$248.

São garantias de todos os contratos do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens, fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Para 31 de dezembro de 2014 o índice foi cumprido.

LER 2010 e LEN 2011 (A-3)

A controlada Renova Eólica com a interveniência das controladas Ametista, Araças, Borgo, Caetité, Dourados, Espigão, Maron, Morrão, Pelourinho, Pilões, Da Prata, Seraíma, Serra do Espinhaço, Tanque, Ventos do Nordeste, da sua controladora direta Nova Renova e da Companhia obteve financiamento no valor total de R\$1.044.100 (contrato direto assinado em 04 de junho de 2014, no valor de R\$734.020 e o contrato de repasse assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$310.080). Em 31 de dezembro de 2014, o montante liberado foi de R\$804.224, utilizado para quitar o empréstimo ponte tomado com o BNDES, no valor de R\$647.894 e parte das notas promissórias, no valor de R\$154.617.

O financiamento direto BNDES será dividido em 16 subcréditos, de "A" a "P", com as seguintes características: (a) os Subcréditos A, C, D, E, F, G, I, J, M e P terão prazo de utilização e de carência até 15 de dezembro de 2015, e prazo de amortização em 192 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2016 e a última em 15 de dezembro de 2031; e (b) os Subcréditos B, H, K, L, N e O terão prazo de utilização e de carência até 15 de dezembro de 2014 e prazo de amortização em 192 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2030.

Os Subcréditos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N e O possuem taxas de juros de 2,45% a.a.+TJLP e sobre o principal da dívida decorrente do Subcrédito P incidirá a TJLP.

O Contrato de repasse com o Banco do Brasil possui taxa de 2,60% a.a. + TJLP.

São garantias de todos os contratos do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens, fiança bancária, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2014 esse índice foi atingido.

(b) Contrato BNB

A controlada Espra, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096. Os financiamentos possuem taxas de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026. O montante contratado foi totalmente liberado.







São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata, o penhor de ações, o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espra, todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva (nota 11). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

(c) Debêntures simples não conversíveis em ações

Em 15 de dezembro de 2014, foi emitida uma nova debênture corporativa (3ª emissão) no valor de R\$500.000. Os recursos dessa debênture foram utilizados para pagar antecipadamente a debênture já existente (2ª emissão) no valor de R\$370.754, gerando um caixa adicional na Companhia no valor de R\$129.246. A 3ª emissão da debênture possui a mesma remuneração da 2ª emissão (123,45% do CDI), com carência de 4 anos a contar da data de assinatura do contrato. A amortização terá início em 15 de dezembro de 2018 com parcelas anuais e consecutivas até 15 de dezembro de 2024. O pagamento dos juros ocorrerá em parcelas semestrais, sem carência, nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2015.

A 3ª emissão das debêntures foi realizada nos termos da Instrução CVM 476, com base na deliberação da Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de dezembro de 2014 ("RCA"). Não há cláusula de repactuação das debêntures.

São garantias das debêntures a alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações da Enerbras de titularidade da Companhia e a cessão fiduciária de bens e direitos e quaisquer recursos depositados em conta vinculada mantida no Banco do Brasil proveniente do fluxo de dividendos distribuídos pelas controladas Enerbras e Nova Renova.

Esta operação estabelece que o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = dividendos recebidos/serviço da dívida) deve ser maior ou igual a 1,0. O serviço da dívida é representado pela amortização de principal e pagamento de juros da série vincenda em cada ano de verificação. Em 31 de dezembro de 2014 esse índice foi atingido.

(d) BNDES (Curto Prazo)

Em 07 de junho de 2013, as controladas indiretas da Companhia assinaram contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$600.000. Os recursos deste financiamento foram destinados à implantação dos parques eólicos do LER 2010 e LEN 2011 (A-3).

Em 16 de junho de 2014, com a liberação do financiamento de longo prazo, as controladas indiretas da Companhia quitaram estes empréstimos de curto prazo.

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: subcrédito "A" no valor de R\$140.000 e subcrédito "B" no valor de R\$560.000, para os parques de LEN 2012 (A-5), LER 2013 e mercado livre. Em 29 de dezembro de 2014 foram liberados R\$215.000. Os empréstimos pontes serão quitados em 15 de junho de 2016 ou na data de desembolso do financiamento de longo prazo do BNDES.

Sobre o principal da dívida decorrente do subcrédito "A" incidirão juros de 3,55% a.a. acima da TJLP. Sobre o principal da dívida decorrente do subcrédito "B" incidirão juros de 2,50% a.a. acima da TJLP. São garantias do financiamento a totalidade das ações da Diamantina e das SPEs que a Diamantina detém ações.







Esse contrato não exige índices financeiros para vencimento antecipado da dívida.

(e) Notas promissórias

Em 05 de novembro de 2013, as controladas indiretas que compõem os parques do LER 2010 e do LEN 2011 (A-3) emitiram notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no montante de até R\$400.000 e nos termos da instrução CVM nº 476, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP e as notas comerciais depositadas em nome do respectivo titular no Sistema de Custódia Eletrônica da CETIP.

Sobre as notas promissórias incidirão juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% das taxas médias diárias da DI – Depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", acrescida exponencialmente de spread de 0,98% a.a.

Em 30 de abril de 2014 estas controladas indiretas quitaram as notas promissórias comerciais, no valor de R\$400.000 (principal) acrescido de juros do período e renegociaram a emissão de novas notas promissórias por um período complementar de 6 meses a partir de 30 de abril de 2014 no valor de principal de R\$400.000, mantendo as mesmas condições financeiras da primeira emissão. Essas notas serão quitadas no desembolso da segunda liberação do contrato de financiamento de longo prazo assinado com o BNDES.

Em 29 de agosto de 2014, com a liberação da segunda parcela do financiamento de longo prazo, parte das notas promissórias foram quitadas, restando um saldo de principal de R\$251.200.

As notas promissórias não exigem índices financeiros para vencimento antecipado da dívida.

(f) FINEP

Em 19 de dezembro de 2013, a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no montante de R\$107.960. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possui taxa de juros de 3,5% a.a., carência de 36 meses que abrange o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deve ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira parcela em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2014, o montante liberado foi de R\$6.346.

São garantias deste financiamento a cartas de fiança bancária no valor de 50% de cada liberação, mais os encargos incidentes, emitidas por instituições financeiras e alienação fiduciária dos bens móveis (equipamentos) adquiridos no curso do financiamento.

(g) Debênture de infraestrutura

Em 15 de novembro de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries ("Debêntures"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da controlada indireta da Companhia, Renova Eólica, no valor total de R\$146.000.

Sobre as debêntures da primeira série incidirão IPCA + juros remuneratórios prefixados de 7,6054% a.a. e da segunda série incidirão IPCA + juros remuneratórios prefixados de 7,8707% a.a.







As Debêntures foram emitidas como debêntures de infraestrutura, tendo em vista o enquadramento dos empreendimentos como projetos prioritários, por meio das portarias expedidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos das Debêntures serão destinados ao LER 2010 e LEN 2011 (A-3) com o objetivo de complementar o financiamento do BNDES, para aquisição de ativos.

A primeira série no valor de R\$73.000 foi liquidada em dezembro de 2014 e a segunda série, também no valor de R\$73.000, será liquidada em janeiro de 2015 (vide nota 32.3). A amortização terá início em 15 de junho de 2016 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025. O pagamento dos juros ocorrerá em parcelas semestrais, sem carência, nos meses de junho e dezembro de cada ano.

Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2014 esse índice foi atingido.

17. Impostos a recolher

	Conso	lidado	Contro	ladora
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
IRPJ a pagar	4.214	1.747	-	-
COFINS a recolher	3.636	985	6	4
CSLL a pagar	2.426	1.081	-	-
INSS retido de terceiros	1.641	841	45	28
INSS a recolher	1.315	526	1.315	525
IRRF sobre folha	1.267	624	883	624
FGTS a recolher	430	-	430	-
ISS a recolher	874	758	48	44
PIS a recolher	789	213	1	1
PIS, COFINS e CSLL	557	127	145	25
IRRF a recolher	300	481	57	114
Outros impostos a recolher	112	166	72	85
TOTAL	17.561	7.549	3.002	1.450







18. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras

	Consolidado					
	Ativo	Pass	ivo			
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013			
Circulante						
Eletrobras	-	21.174	2.060			
CCEE	199	1.165	6.876			
	199	22.339	8.936			
Não circulante						
CCEE	6.100	15.627	11.670			
Total	6.299	37.966	20.606			

Eletrobras

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada indireta Espra e a Eletrobras, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o montante de energia gerada (120.940 MWh*) foi inferior à faturada (213.742 MWh) resultando após a contabilização do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) no âmbito da CCEE – mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos que envolvem os geradores – em um ajuste financeiro negativo no valor de R\$21.174 (2013, R\$3.262).

CCEE

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2009, LER 2010 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso na subcláusula 11.3 do referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio.

Em 31 de março de 2014, a Companhia reverteu a provisão da multa referente ao ressarcimento do LER 2010 (vide nota 1.3).

(*) Informação não auditadas pelos auditores independentes.

18.1 Movimentação

A movimentação do período está apresentada a seguir:







	Movimentação do ativo								
	31/12/2012	Adição	Recebimento	31/12/2013	Adição	Recebimento	31/12/2014		
CCEE		-			6.299	<u> </u>	6.299		
Total do ativo				-	6.299		6.299		
	Movimentação do passivo								
	31/12/2012	Provisão	Amortização	31/12/2013	Provisão	Amortização	31/12/2014		
ELETROBRAS	1.293	2.085	(1.318)	2.060	21.174	(2.060)	21.174		
CCEE	14.351	5.778	(1.583)	18.546	337	(2.091)	16.792		
Total do passivo	15.644	7.863	(2.901)	20.606	21.511	(4.151)	37.966		
Total líquido	15.644	7.863	(2.901)	20.606	15.212	(4.151)	31.667		

19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas era de R\$79 (2013, R\$87). A variação de R\$8 refere-se basicamente ao pagamento de processos administrativos de riscos ambientais.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$7.346 (2013, R\$3.455), sendo R\$3.855 (2013, R\$3.165) cíveis e R\$3.491 (2013, R\$189) trabalhistas, os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. As principais causas são relativas a danos morais e rescisões de contratos de arrendamento e aluguéis.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

A APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, da qual a Companhia é associada, obteve liminar sustando os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

O valor do risco é de aproximadamente R\$1.420. Baseado no entendimento da administração e dos seus assessores jurídicos esse risco foi classificado como possível de perda e não constituiu provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.







20. Provisão para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs e das eólicas, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, consequentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação dos parques em operação.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo total da provisão para custos socioambientais era de R\$6.686 no passivo circulante e R\$9.940 (2013, R\$2.016) no passivo não circulante.

21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

Conforme previsto no artigo 8º do seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

b) Capital social

Durante o exercício de 2013, foram registrados na Companhia os seguintes aumentos de capital:

Aumento de capital por meio do plano de opções de compra de ações

A Companhia possui um plano de remuneração de longo prazo para seus colaboradores, por meio do qual são outorgadas opções de compra de ações da Companhia para colaboradores elegíveis quando do cumprimento de marcos estabelecidos pelo plano. Em 31 de dezembro de 2013, a quantidade total de opções outorgadas, exercidas e integralizadas por meio do plano de opções de compra está representada no quadro a seguir:

Data		Valor		
Data	Ações ON	Ações PN	Total de Ações	v alui
18/03/2013	39.112	78.224	117.336	13
12/08/2013	356.849	713.698	1.070.547	121
19/09/2013	62.535	125.070	187.605	21
20/12/2013	6.003	12.006	18.009	2
Total	464.499	928.998	1.393.497	157

No exercício de 2013, da subscrição de capital de R\$157, o montante de R\$140 foi integralizado e R\$17 restou a integralizar. Durante o exercício 34.684 ONs foram convertidas em PNs.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Companhia subscrito era de R\$1.017.714 e integralizado era de R\$1.017.697, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:







RENOVA ENERGIA	Ações	ON	Ações PN		s PN Total de Ações		Ações PN Total de Ações % do Soci	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
Bloco de Controle	101.123.594	64,4%	-	0,0%	101.123.594	43,8%		
RR Participações	50.561.797	32,2%	-	0,0%	50.561.797	21,9%		
Light Energia	50.561.797	32,2%	-	0,0%	50.561.797	21,9%		
Outros Acionistas	55.775.616	35,6%	74.408.816	100,0%	130.184.432	56,2%		
RR Participações*	18.560.093	11,8%	-	0,0%	18.560.093	8,0%		
BNDESPAR	9.311.425	5,9%	18.622.850	25,0%	27.934.275	12,1%		
InfraBrasil	11.651.467	7,4%	23.302.933	31,3%	34.954.400	15,1%		
Santander	2.269.804	1,5%	4.539.608	6,1%	6.809.412	2,9%		
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	3,5%	10.940.586	14,7%	16.410.879	7,1%		
FIP Santa Barbara	4.655.782	3,0%	9.311.560	12,5%	13.967.342	6,0%		
Outros	3.856.752	2,5%	7.691.279	10,3%	11.548.031	5,0%		
Total	156.899.210	100,0%	74.408.816	100,0%	231.308.026	100,0%		

^{*} Ações fora do bloco de controle

Nota: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

No primeiro trimestre de 2014, foram integralizados R\$17 não restando saldo de capital a integralizar.

Em 29 setembro de 2014, a CEMIG GT subscreveu e integralizou 87.186.035 ações ordinárias da Renova, no valor total de R\$1.550.072, mediante a capitalização de AFAC, no valor de R\$810.129, realizado em 31 de março de 2014 e através da cessão à Renova do crédito relativo ao AFAC realizado na Chipley em 14 de fevereiro de 2014, no valor de R\$739.943. A homologação do aumento de capital ocorreu no dia 27 de outubro de 2014, em reunião do Conselho de Administração da Companhia,

Além da CEMIG GT, houve o exercício dos direitos de preferência de 10.866 ações ordinárias pelos demais acionistas da Companhia, totalizando 87.196.901 ações ordinárias subscritas e integralizadas, totalizando R\$1.550.265.

Em 30 de outubro de 2014, ocorreu um aumento de capital por meio do plano de opções de compra de ações, onde os colaboradores elegíveis subscreveram e integralizaram 50.165 ações ordinárias no valor total de R\$18.

O resumo dos aumentos de capital ocorridos em 2014, somados aos R\$17 integralizados no primeiro trimestre, está apresentado no quadro a seguir:

Doto		Quantidade		Valor
Data	Ações ON	Ações PN	Total de Ações	v aror
29/09/2014	87.186.035	-	87.186.035	1.550.072
29/09/2014	10.866	-	10.866	193
30/10/2014	50.165	100.330	150.495	18
Total	87.247.066	100.330	87.347.396	1.550.283

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Companhia subscrito e integralizado era de R\$2.567.997, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:







RENOVA ENERGIA	Ações	ON	Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bloco de Controle	188.309.629	79,6%	-	0,0%	188.309.629	59,1%
RR Participações	50.561.797	21,4%	-	0,0%	50.561.797	15,9%
Light Energia	50.561.797	21,4%	-	0,0%	50.561.797	15,9%
Cemig GT	87.186.035	36,8%	-	0,0%	87.186.035	27,3%
Outros Acionistas	48.535.763	20,4%	81.810.030	100,0%	130.345.793	40,9%
RR Participações*	8.260.093	3,5%	1.300.000	1,6%	9.560.093	3,0%
BNDESPAR	9.311.425	3,9%	18.622.850	22,8%	27.934.275	8,8%
InfraBrasil	11.651.467	4,9%	23.302.933	28,5%	34.954.400	11,0%
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	2,3%	10.940.586	13,4%	16.410.879	5,1%
Outros	13.842.485	5,8%	27.643.661	33,7%	41.486.146	13,0%
Total	236.845.392	100,0%	81.810.030	100,0%	318.655.422	100,0%

^{*} Ações fora do bloco de controle

Nota: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

Durante o exercício 7.300.884 ONs foram convertidas em PNs.

c) Custos na emissão de ações

Custos na emissão de ações

Controladora					
31/12/2014	31/12/2013				
(41.757)	(36 112)				

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital, conforme apresentado a seguir:

Evento	Data	Custo na emissão de ações
Abertura de capital (IPO - Oferta Pública Inicial)	julho/2010	13.686
Novo investidor: Light Energia	setembro/2011	20.555
Nova investidora: BNDESPAR	setembro/2012	1.871
Novo investidor: CEMIG GT	setembro/2014	5.645
Total		41.757







d) Reservas

Reserva de capital

Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu o efeito dos custos do Plano de Pagamento Baseado em Ações relativo aos seus parques do LER 2009, LER 2010 e LEN 2011 (A-3) e demais projetos, bem como os prêmios pagos referentes ao sucesso no IPO e também em acordos firmados com seus executivos. Esses registros refletem tanto provisões de ações já outorgadas quanto o registro de provisão de ações que serão outorgadas no médio e curto prazo. O detalhamento dos registros contábeis está na nota 26.4.

e) Dividendos

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no Capítulo XVI da Lei das S.A.:

- (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração e mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no art. 195 da Lei das S.A.;
- (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas.

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da Reserva Legal e (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências e reversão dessa reserva formada em exercícios anteriores.







22. Receita líquida

	Consolidado				Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	MWh*	MWh*				
Geração/disponibilização energia						
Suprimento de energia elétrica - PCHs - Eletrobras	213.742	224.434	45.064	44.121	-	-
Suprimento de energia elétrica - Eólicas - CCEE	1.184.333	1.112.520	271.918	193.482	-	-
Diferença de geração contrato Eletrobras/CCEE	(158.292)	(133.944)	(20.333)	(3.218)		
Total da receita			296.649	234.385		
(-) Deduções da Receita						
COFINS			(8.973)	(6.994)	-	-
PIS			(1.943)	(1.516)	-	-
Total das deduções			(10.916)	(8.510)		
Outras receitas						
Operações - solar e comercialização de energia elétrica			18.884	160	116	160
(-) Deduções da receita						
COFINS			(1.435)	(12)	(9)	(12)
PIS			(312)	(3)	(2)	(3)
ISS			-	(3)	-	(3)
ICMS			(3)	(6)	(4)	(6)
			17.134	136	101	136
Total	1.239.783	1.203.010	302.867	226.011	101	136

^(*) informações não auditadas pelos auditores independentes.







23. Custos e despesas

		Consolidado					
		31/12/2014			31/12/2013		
	Custo dos serviços	Despesas operacionais	Total	Custo dos serviços	Despesas operacionais	Total	
Tusd/Tust ⁽¹⁾	13.004		13.004	11.356	_	11.356	
Taxa de fiscalização	1.216	_	1.216	81	_	81	
Taxa de fiscalização	14.220		14.220	11.437		11.437	
Pessoal e administradores	-	29.741	29.741	-	12.178	12.178	
Serviços de terceiros	25.344	39.171	64.515	5.527	19.093	24.620	
Aluguéis e arrendamentos	7.999	2.183	10.182	4.064	482	4.546	
Viagens	-	4.937	4.937	_	1.594	1.594	
Depreciação	80.380	1.808	82.188	68.449	1.077	69.526	
Projetos descontinuados	-	3.832	3.832	-	1.405	1.405	
Seguros	1.745	292	2.037	3.538	111	3.649	
Telefonia e TI	-	4.339	4.339	-	1.694	1.694	
Material de uso e consumo	2.335	1.607	3.942	231	572	803	
Multa sobre ressarcimento (2)	(4.464)	-	-	4.645	-	4.645	
Energia para revenda	13.397	-	13.397	-	-	-	
Outras	57	4.099	4.156	149	1.263	1.412	
	126.793	92.009	223.266	86.603	39.469	126.072	
Total	141.013	92.009	237.486	98.040	39.469	137.509	

⁽¹⁾ Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão

⁽²⁾ Conforme mencionado na nota 1.2 a Companhia reverteu o saldo da multa, no valor de R\$ 4.645, sobre a não entrada em operação dos parques eólicos do LER 2010 e registrou essa reversão na mesma linha que deu origem ao custo da operação.

\sim			
('(ntr	กโลเ	inra

	31/12/2014			31/12/2013			
	Custo dos serviços	Despesas operacionais	Total	Custo dos serviços	Despesas operacionais	Total	
Pessoal e administradores	-	27.711	27.711	-	12.178	12.178	
Serviços de Terceiros	-	26.807	26.807	-	11.389	11.389	
Aluguéis e Arrendamentos	-	2.183	2.183	_	482	482	
Viagens	-	4.467	4.467	-	1.374	1.374	
Depreciação	2.305	1.796	4.101	1.536	1.070	2.606	
Projetos descontinuados	-	3.832	3.832	-	1.405	1.405	
Seguros	_	292	292	_	111	111	
Telefonia e TI	_	3.877	3.877	_	1.606	1.606	
Material de uso e consumo	_	1.463	1.463	_	514	514	
Outras	54	2.862	2.916	137	2.005	2.142	
Total	2.359	75.290	77.649	1.673	32.134	33.807	







24. Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	52.871	32.070	32.367	19.753
Juros recebidos - mútuo	-	-	1.098	1.615
Descontos obtidos	9	34	8	26
Variação monetária	202	322	167	319
Total das receitas financeiras	53.082	32.426	33.640	21.713
Despesas financeiras				
Encargos da dívida	(103.959)	(98.034)	(27.314)	(24.587)
Juros	(838)	(180)	(271)	(9)
Juros - mútuo	(1.974)	-	(428)	(596)
IOF	(825)	(921)	(232)	(532)
Despesas bancárias	(117)	(142)	(57)	(41)
Outras despesas financeiras	(5.429)	(5.410)	(542)	(482)
Total das despesas financeiras	(113.142)	(104.687)	(28.844)	(26.247)
Total do resultado financeiro	(60.060)	(72.261)	4.796	(4.534)







25. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(20.316)	16.241	(35.723)	5.528
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	6.907	(5.522)	12.146	(1.880)
Exclusões (adições) permanentes				
Despesas não dedutíveis	(3.818)	(499)	(3.817)	(499)
Perda no ganho de participação	(1.788)	-	(1.788)	-
Resultado da equivalência patrimonial	(8.446)	-	14.378	14.869
Gastos na emissão de ações	1.919	-	1.919	-
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	12.657	12.689	-	-
Outros	-	(485)	-	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(1.382)	(3.838)	(1.382)	(2.259)
Prejuízo fiscal e base negativa	(21.456)	(12.315)	(21.456)	(10.231)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	(15.407)	(9.970)		

A Controladora não apurou lucro tributável no exercício. Em 31 de dezembro de 2014 a Controladora possuía prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a compensar, nos montantes do quadro a seguir para os quais não foram registrados impostos diferidos:

	Controladora		
	31/12/2014	31/12/2013	
Prejuízo fiscal do exercício	(63.105)	(30.091)	
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(125.723)	(95.632)	
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	(188.828)	(125.723)	

O imposto apresentado na posição consolidada refere-se às controladas Espra (regime de lucro presumido), aos 14 parques eólicos em operação (regime de lucro presumido), às subholdings Bahia Eólica e Salvador Eólica (regime de lucro real) e aos 15 parques em construção (regime de lucro real).

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base







de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas, imposto de renda e contribuição social, respectivamente, adicionado a este valor de apuração as outras receitas financeiras).

Os impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa não foram reconhecidos por não terem uma perspectiva de lucros tributáveis futuros.

26. Transações com partes relacionadas

					Contro	ladora		
			At	ivo	Pas	sivo	Resultado	Resultado
							financeiro	financeiro
	Vigê	ncia	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	Início	Fim						
<u>Mútuo</u>								
Espra	10/07/2009	31/12/2014	-	-	-	12.987	(428)	(596)
Salvador Eólica	27/05/2011	31/12/2015	1.106	17.544	-	-	719	806
Bahia Eólica	17/10/2011	31/12/2015	578	9.045	-	-	379	428
CE Tanque	25/10/2012	30/12/2013	-	-	-	-	-	143
CE da Prata	25/10/2012	30/12/2013	-	-	-	-	-	105
CE Ventos do Nordeste	25/10/2012	30/12/2013	-	-	-	-	-	121
Outros	25/10/2012	30/12/2013	-	-	-	-	-	12
Total			1.684	26.589	-	12.987	670	1.019
Ações Resgatáveis								
Nova Renova ^(*)			38.452	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro a	aumento de capita	<u>l</u>						
Chipley (**)			14.927	-	-	-	-	-
			55.063	26.589		12.987	670	1.019

^(*) Ações resgatáveis emitidas pela controlada Nova Renova S.A. de acordo com o seu Estatuto Social.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014, assim como as transações que alteram o resultado do exercício, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas controladas.

Mesmo com os vencimentos no curto prazo, a expectativa da Companhia é que esses valores sejam realizados no longo prazo.

26.1 Contas a receber e a pagar

Contas a receber – correspondem a mútuos realizados com as controladas conforme descrito no quadro. Esses mútuos foram realizados para suprir a necessidade de caixa dessas empresas.

Contas a pagar – o mútuo realizado com a coligada Espra foi realizado para suprir necessidade de caixa.

Para ambos os saldos (a receber e a pagar), o valor devido está sujeito a correção pela TJLP, acrescido de juros que podem variar de 0,25% a 0,5% a.a..

^(**) O contrato de Adiantamento para futuro aumento de capital não reúne as condições necessárias para caracterizá-lo como investimento.







26.2 Comercialização

Em agosto de 2011 a Companhia assinou um compromisso de compra e venda de energia com a Light Energia, no qual a Renova irá entregar 200,4 MW(*) médios de energia eólica, correspondentes a 403,5 MW(*) de capacidade instalada, sendo que os parques terão início de geração entre 2015 e 2016. Do montante total de 200,4 MW(*), 1/3 da energia foi comercializada com a LIGHTCOM Comercializadora de Energia S.A. e 2/3 com CEMIG GT.

Em março de 2014, a Renova Comercializadora comercializou 308,0 MW médios com a CEMIG GT, correspondentes a 676,2 MW de capacidade instalada. Em 17 de junho de 2014 foi celebrado um Contrato de Investimento de Compromisso de Compra e Venda de Ações entre a Companhia e a Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG"), que irá participar de 50% do projeto. Os parques que irão atender esse contrato terão início de geração em 2018.

Conforme o Acordo de Investimento, a operação ocorrerá mediante a aquisição, pela CEMIG, de 50% do capital votante e total de uma sociedade anônima (SPE) a ser criada pela Companhia, na qual serão integralizados todos os contratos relacionados ao Projeto Eólico. O valor da aquisição será de até R\$113.450 referente a 50% dos valores dos adiantamentos dos contratos já firmados pela Companhia, corrigido pela variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") desde o seu efetivo desembolso pela Companhia até a data do pagamento pela CEMIG. A partir da aquisição, CEMIG e Renova compartilharão o investimento futuro do Projeto Eólico na proporção de sua participação no capital social da SPE.

(*) Informações não auditadas por nossos auditores independentes.

26.3 Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$8.738 e R\$2.530, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia no exercício.

-	31/12/2014			31/12/2013			
	Diretoria Estatutária (*)	Diretoria não estatutária (*)	Total	Conselho de Administração (**)	Diretoria Estatutária	Total	
Número de membros	4,42	1,75	6,17	2	5	7	
Remuneração fixa acumulada	2.434	1.181	3.615	104	1.755	1.859	
Salário ou pró-labore	2.154	1.108	3.262	96	1.755	1.851	
Benefícios diretos e indiretos	280	73	353	n/a	n/a	n/a	
Remuneração por participação em comitê	n/a	n/a	n/a	8	n/a	8	
Remuneração variável	2.129	2.395	4.524	n/a	671	671	
Bônus	1.212	2.117	3.329	n/a	671	671	
Pagamento baseado em ações	917	278	1.195	n/a	n/a	n/a	
Encargos	334	265	599	-	-	-	
Benefícios pós emprego	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	
Valor total da remuneração por órgão	4.897	3.841	8.738	104	2.426	2.530	







Remuneração média anual do Conselho de Administração e Diretoria.

	31/12/2	2014	31/12/2013		
	Diretoria Estatutária (*)	Diretoria não estatutária (*)	Conselho de Administração (**)	Diretoria Estatutária	
Número de membros	4,42	1,75	2	4,75	
Valor da maior remuneração individual	1.757	2.013	70	480	
Valor da menor remuneração individual	877	172	28	300	
Valor médio de remuneração individual	1.176	768	49	390	

^(*) a Companhia possui 4 diretores estatutários e 4 não estatutários.

26.4 Plano de Opção de Compra de Ações

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, instituído nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei 6.404/76 e aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2010, estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia. O Plano tem como principal objetivo atrair profissionais qualificados e estimular a expansão e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhando interesses de seus acionistas e administradores. O Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano") estabelece que sejam elegíveis como beneficiários de outorgas de opção de compra de ações, os administradores, executivos e empregados da Companhia, bem como as pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle.

A outorga de opções deve respeitar sempre o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas nos termos do plano. Uma vez exercida a opção, as ações objeto da respectiva opção serão emitidas por meio de aumento de capital da Companhia, a ser deliberado nos termos da legislação aplicável e do Estatuto Social da Companhia.

Programa 2011

O Programa 2011 foi elaborado visando o alto desempenho de seus projetos Eólicos, as outorgas e *vestings* são simultâneos e totalmente ligados ao sucesso dos marcos de cada projeto, sendo calculado ao percentual de 3% do Valor Presente Líquido do projeto calculado em cada data dos seguintes marcos:

10% na assinatura do contrato de venda de energia;

20% na assinatura do financiamento para construção do projeto;

20% na data de entrada em operação do projeto; e

50% após um ano da entrada em operação do projeto.

As opções outorgadas dão direito aos beneficiários de adquirir ações ao preço de R\$0,34 por *unit* (correspondente a uma ação ordinária e duas preferenciais).

Segue o detalhamento dos registros dos serviços prestados por projeto pagos através de ações/units:

^(**) Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuia ainda 5 Conselheiros que não possuem remuneração. Em 31 de dezembro de 2014, não há remuneração para os membros do Conselho.







			LER	2009	
				Valor Total	Data outorga e
		Qtde units	Valor units - R\$	R\$/mil	vesting
10%	na assinatura do contrato de venda de energia	53.385	26,86	1.434	2011
20%	na assinatura do financiamento para construção do projeto	106.771	26,86	2.868	2011
20%	na data de entrada em operação do projeto	127.319	29,16	3.713	2012
50%	após um ano da entrada em operação do projeto	344.006	30,97	10.654	2013
		631.481		18.669	
			LER	2010	
				Valor Total	Data outorga e
		Qtde units	Valor units - R\$	R\$/mil	vesting
10%	na assinatura do contrato de venda de energia	27.272	26,86	733	2011
20%	na assinatura do financiamento para construção do projeto	72.772	29,40	2.139	2014
20%	na data de entrada em operação do projeto	78.693	29,40	2.314	previsto 2015
50%	após um ano da entrada em operação do projeto	215.340	29,40	6.331	previsto 2016
		394.077		11.517	
			LEN	2011	
				Valor Total	Data outorga e
		Qtde units	Valor units - R\$	R\$/mil	vesting
10%	na assinatura do contrato de venda de energia	10.498	31,76	333	2012
20%	na assinatura do financiamento para construção do projeto	34.106	29,40	1.003	2014
20%	na data de entrada em operação do projeto	37.841	29,40	1.113	previsto 2015
50%	após um ano da entrada em operação do projeto	101.468	29,40	2.983	previsto 2016
		183.913		5.432	

A Companhia ainda distribuiu as seguintes ações a título de sucesso na Oferta Pública Inicial (IPO) e acordos com executivos-chave:

	Controladora							
	Qtde units	Valor units - R\$	Valor Total R\$/mil	Data outorga e vesting				
Sucesso Oferta Pública Inicial (IPO)	360.051	24,78	8.922	2011				
Sucesso Oferta Pública Inicial (IPO)	125.000	32,96	4.120	2011				
Acordo executivo-chave	48.000	33,15	1.591	2011				
Acordo executivo-chave	22.890	25,35	580	2012				
Acordo executivo-chave	54.000	26,76	1.445	2012				
	609.941		16.658					

Para os beneficiários desligados durante o exercício de 2013 houve outorgas de opções relativas aos novos projetos (mercado livre) como parte de condições contratuais existentes, conforme quadro abaixo:







Data da	Quantidade de	Valor justo	Preço de	Valor justo
<u>outorga</u>	opções/units outorgadas	<u>da outorga</u>	<u>exercício</u>	na data da outorga
18/03/13	11.573	32,32	0,34	370
19/09/13	47.288	46,55	0,34	2.185
20/12/13	4.547	47,00	0,34	212
			Outros	25
				2.792

O valor justo das outorgas foi registrado na reserva de benefícios a empregados no exercício de 2013 no montante de R\$2.792.

Em 26 de junho de 2013 o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela suspensão do Programa 2011, não sendo permitido o ingresso de novos participantes e limitando-o aos projetos comercializados entre dezembro de 2009 até junho de 2013. Os beneficiários contemplados continuarão participando deste programa até o término de todos os marcos desses projetos.

No exercício de 2014, para os marcos dos projetos comercializados pela Companhia após novembro de 2011, foi provisionado e pago em dinheiro, via folha de pagamento, o montante de R\$3.432 incluindo encargos. Esses valores foram contabilizados no imobilizado em curso do respectivo projeto.

As demais outorgas ocorridas no exercício de 2014 referem-se a plano de pagamento baseado em ações de projetos antigos já registrados.

Programa 2013

Ainda em 26 de junho de 2013, foi aprovado outro programa ("Programa 2013"). As outorgas são exercíveis em até 6 anos, sendo o *vesting* ao longo de 4 anos (25% ao ano), subsequentes a data da outorga. O preço de exercício das opções é determinado pela média ponderada pelo volume dos 30 pregões anteriores à data de referência.

A primeira outorga foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de dezembro de 2014 no volume total de 444.520 ações, correspondente a 148.173 *units*. O preço de exercício de cada opção é de R\$38,42 (trinta e oito reais e quarenta e dois centavos) por *unit*. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia procedeu o registro contábil no valor de R\$109 diretamente no patrimônio e no resultado do exercício.

27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.







a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	olidado			
	Valor	justo	Valor C	ontábil
Ativos financeiros	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				
Aplicações financeiras	538.697	351.711	538.697	351.711
Contas a receber de clientes	68.627	20.923	68.627	20.923
Cauções e depósitos vinculados	40	27.231	40	27.231
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	160.487	123.981	160.487	123.981
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	100.200	242.418	100.200	242.418
Debêntures	936	11.269	217	11.239
Empréstimos e financiamentos	356.243	1.100.750	360.939	1.100.134
Não circulante				
Debêntures	573.676	326.817	572.315	325.028
Empréstimos e financiamentos	1.928.177	962.698	1.911.554	953.855







Controladora

	Valor	justo	Valor Contábil		
Ativos financeiros	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Circulante					
Aplicações financeiras	198.831	110.234	198.831	110.234	
Contas a receber de clientes	-	1	-	1	
Cauções e depósitos vinculados	40	40	40	40	
Não circulante					
Cauções e depósitos vinculados	-	451	-	451	
Partes relacionadas	55.063	26.589	55.063	26.589	
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	10.989	2.273	10.989	2.273	
Debêntures	269	11.269	217	11.239	
Não circulante					
Debêntures	500.000	326.817	498.639	325.028	
Partes relacionadas	-	12.987	-	12.987	







b. Categorias de instrumentos financeiros

Abaixo demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	C onsolidado								
		31/12/20)14		31/12/2013				
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total	
Circulante									
Aplicações financeiras	-	538.697	-	538.697	-	351.711	-	351.711	
Contas a receber de clientes	68.627	-	-	68.627	20.923	-	-	20.923	
Cauções e depósitos vinculados	40	-	-	40	27.231	-	-	27.231	
Não circulante									
Cauções e depósitos vinculados	160.487	-	=	160.487	123.981	-	=	123.981	
Passivos Financeiros									
Circulante									
Fornecedores	-	-	100.200	100.200	-	-	242.418	242.418	
Empréstimos e financiamentos	=	=	355.442	355.442	=	=	1.100.134	1.100.134	
Debêntures	=	=	884	884	=	=	11.239	11.239	
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	€	≘	1.917.051	1.917.051	=	=	953.855	953.855	
Debêntures	=	=	572.315	572.315	=	=	325.028	325.028	

				Contr	oladora				
		31/12/20)14		31/12/2013				
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total	
Circulante									
Aplicações financeiras	-	198.831	-	198.831	-	110.234	-	110.234	
Contas a receber de clientes	-	=	=	-	1	=	÷	1	
Cauções e depósitos vinculados	40	-	-	40	40	-	-	40	
Não circulante									
Cauções e depósitos vinculados	-	=	=	-	451	=	÷	451	
Partes relacionadas	55.063	=	=	55.063	26.589	=	=	26.589	
Passivos Financeiros									
Circulante									
Fornecedores	-	-	10.989	10.989	-	-	2.273	2.273	
Debêntures	-	-	217	217	-	-	11.239	11.239	
Não circulante									
Debêntures	-	-	498.639	498.639	-	-	325.028	325.028	
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	12.987	12.987	

c. Mensuração pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços







por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis), para 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

			V	alor jus	sto em 31 de dezemb	oro de	e 2014
Descrição	Saldo em 31/12/2014	- pr	rcado ativo eço cotado (nível 1)	~~	n mercado ativo - nica de avaliação (nível 2)	~	em mercado ativo - outs não observáveis (nível 3)
Ativos Aplicações financeiras	538.697		-		538.697		-
				Valor	r justo em 31 de dez	embr	n de 2013
Descrição	Saldo en 31/12/201		Mercado at preço cota (nível 1)	ivo - .do	Sem mercado ativ técnica de avaliaç (nível 2)	о -	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos Aplicações financeiras	351.7	11			351.7	/11	

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

d. Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.







Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas Controladas apresentados na nota 16, possuem como contrapartes o BNB, BNDES e Debenturistas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuíam um risco de mercado associado ao CDI, TJLP e Taxa pré-fixada.

e. Análise de sensibilidade (Consolidado)

A Companhia e suas controladas apresentam abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Operação 31 de dezembro de 2014	Risco	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2014		11,57%	11,57%	11,57%
Aplicações financeiras:	Baixa do CDI	538.697	538.697	538.697
Taxa anual estimada do CDI para 2015 Efeito anual nas aplicações financeiras:		12,48%	9,36%	6,24%
Ganho		5.045		
Perda			(12.251)	(29.546)
Operação	Risco	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Operação	Risco	110 vave1	<u>uc 2570</u>	
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2014 Empréstimos:		11,57%	11,57%	11,57%
DEBÊNTURES - RENOVA	Alta do CDI	500.269	500.269	500.269
NOTAS PROMISSÓRIAS - LER 2010 E LEN 2011	Alta do CDI	256.598	256.598	256.598
Taxa anual estimada do CDI para 2015		12,48%	15,60%	18,72%
Efeito anual nos empréstimos:				
Perda				







Operação	Risco	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2014		5,00%	5,00%	5,00%
Empréstimos:				
BNDES - LP - LER 2009	Alta da TJLP	875.239	875.239	875.239
BNDES - LP - Renova Eólica	Alta da TJLP	833.080	833.080	833.080
BNDES - CP - Diamantina Eólica	Alta da TJLP	215.094	215.094	215.094
Taxa anual estimada da TJLP para 2015		5,50%	6,88%	8,25%
Redução				
Perda		9.618	36.066	62.514

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 12,48%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (9,36% a.a.) e 50% (6,24% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para as debêntures e notas promissórias que são vinculadas à taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento de 25% (15,60%) e 50% (18,72%), respectivamente.

Para os empréstimos e financiamentos vinculados à TJLP, a Companhia e suas controladas consideraram um cenário provável com base na taxa para o terceiro trimestre de 2014 obtida do BNDES o qual espera-se a manutenção desta taxa para o horizonte de um ano, 5,50%. Os cenários II e III consideram uma alta dessas taxas em 25% (6,88%) e 50% (8,25%), respectivamente. Observa-se que o spread médio ponderado nas aplicações financeiras e nos empréstimos são: (i) 102,90% do CDI nas aplicações financeiras; (ii) 2,33% + TJLP para os empréstimos com BNDES e (iii) 123,45% do CDI para a debêntures.

Os efeitos (aumento/redução) demonstrados nessa análise de sensibilidade referem-se às variações das taxas de juros consideradas para os cenários I, II e III em relação à taxa de juros efetiva em 31 de dezembro de 2014.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e de suas controladas. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f. Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da controlada e controladora em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da controlada em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota 16.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.







f.1. Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo Renova deve quitar as respectivas obrigações.

	Consolidado						
	De 1 a 3	De 3 meses a	De 1 ano a	Mais de 5			
Instrumentos a taxa de juros	meses	1 ano	5 anos	anos	Total		
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	48.807	136.801	1.052.003	1.625.051	2.862.662		
Debêntures - principal e encargos	-	537.252	3.247.774	1.635.875	5.420.901		
Total	48.807	674.053	4.299.777	3.260.926	8.283.563		
		Co	ontroladora				
	De 1 a 3	De 3 meses a	ontroladora De 1 ano a	Mais de 5			
Instrumentos a taxa de juros	De 1 a 3 meses			Mais de 5	Total		
Instrumentos a taxa de juros Debêntures - principal e encargos		De 3 meses a	De 1 ano a		Total 5.420.901		
		De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	anos			

g. Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

		Valor contábil				
		Consc	olidado	Contro	oladora	
Ativos financeiros	Nota	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Circulante						
Contas a receber de clientes	8	68.627	20.923	-	1	

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo. A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das







suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

h. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

i. Gestão de capital

	Consolidado			
	31/12/2014	31/12/2013		
Dívida de financiamentos e empréstimos (-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	2.845.692 595.617	2.390.256 374.047		
Dívida líquida	2.250.075	2.016.209		
Patrimônio líquido Índice de alavancagem financeira - %	2.509.641 90%	1.000.600 202%		

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

j. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

k. Risco da escassez hidrológica

A controlada indireta Energética Serra da Prata S.A. e a controlada em conjunto Brasil PCH geram energia por meio de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega de energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de longo prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, com exceção de uma PCH, a totalidade da capacidade de geração







hidrelétrica das demais está inserida no Mecanismo de Relocação de Energia ("MRE"), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE.

28. Lucro por ação

O (prejuízo) lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O (prejuízo) lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	Consolidado		Contr	oladora
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
(Prejuízo) lucro do exercício	(35.723)	6.271	(35.723)	5.528
(Prejuízo) lucro por ação básico:				
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	253.551	230.476	253.551	230.476
(Prejuízo) lucro por ação básico (em R\$)	(0,14)	0,03	(0,14)	0,02
(Prejuízo) lucro por ação diluído:				
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	253.551	230.476	253.551	230.476
Efeito dilutível das opções de compra de ações (em milhares)	297	28	297	28
Total de ações aplicáveis à diluição (em milhares)	253.848	230.504	253.848	230.504
(Prejuízo) lucro por ação diluído (em R\$)	(0,14)	0,03	(0,14)	0,02

29. Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

Riscos de geração, construção e transmissão:







Operação

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigé	ncia	Cogunada	
Objeto da Gal anda	importancia segurada	Início	Fim	Segurado	
Garantia - Obrigações Contratuais	R\$ 183	08/09/2014	08/09/2015	COELBA	
Riscos Operacionais	R\$ 156.109	25/09/2014	25/09/2015	ESPRA	
Responsabilidade Civil	R\$ 20.000	25/09/2014	25/09/2015	ESPRA	
Garantia de execução do fiel cumprimento de implantação LER 2010	R\$ 29.470	14/04/2014	10/01/2015	ANEEL	
Riscos Operacionais (LER 2009)	R\$ 1.274.971	11/07/2014	11/07/2015	Renova Energia	
Responsabilidade Civil – LER 2009	R\$ 10.000	28/06/2013	28/06/2015	Renova Energia	

Construção

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência		Segurado	
Objeto da Garanda III.	importancia segurada	Início	Fim	Segurado	
Garantia de execução do fiel cumprimento de implantação LEN 2011	R\$ 41.193	05/12/2011	21/08/2015	ANEEL	
Risco de Engenharia / ALOP (LEN 2011)	R\$ 785.822	29/11/2012	01/04/2015	Renova Energia	
Responsabilidade Civil - LEN 2011	R\$ 20.000	29/11/2012	01/04/2015	Renova Energia	
Transporte / Delay Start Up (Projeto LER 2010 / LEN 2011)	R\$ 801.500	30/11/2012	01/08/2015	Renova Energia	
Garantia Executante Construtor (LEN 2012)	R\$ 3.144	02/04/2013	01/04/2017	ANEEL	
Garantia Executante Construtor (LER 2013)	R\$ 31.750	05/12/2013	01/12/2015	ANEEL	
Garantia de Construção (A-5 2013)	R\$ 64.715	28/04/2014	01/08/2018	ANEEL	
Garantia Executante Construtor (ACL)	R\$ 43.980	19/09/2014	01/10/2015	ANEEL	
Garantia Executante Construtor (ACL)	R\$ 36.720	19/09/2014	01/10/2016	ANEEL	
Garantia Executante Construtor (ACL)	R\$ 19.520	19/09/2014	31/01/2017	ANEEL	
Garantia Executante Construtor (ACL)	R\$ 4.320	19/09/2014	31/01/2016	ANEEL	
Garantia Executante Construtor (ACL)	R\$ 6.480	19/09/2014	01/10/2015	ANEEL	

Administração e Portfólio

Objeto da Garantia	Importância Segurada -	Vigé	ència	- Segurado	
Objeto da Garanda	importancia segurada -	Início	Fim		
Seguros de Responsabilidade Civil geral de administradores – D&O	R\$ 30.000	18/12/2014	18/12/2015	Renova Energia	
Seguro de Responsabilidade Civil para Oferta Pública de Ações – POSI	R\$ 25.000	07/07/2014	07/07/2015	Renova Energia	
Rd Equipamento (Medidor De Ventos - Lidar)	R\$ 593	12/09/2014	12/09/2015	LIDAR	

30. Compromissos

A Companhia e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos assumidos relativos a construção e manutenção dos seus parques eólicos, incluindo aquisições de máquinas e equipamentos, no valor de R\$4.559.676, construção civil, no valor de R\$470.742, manutenção no valor de R\$4.216, e relativos a aquisição de projetos, no valor de R\$93.212.







31. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota	Conso	lidado	Controladora		
	explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Encargos financeiros capitalizados	14.2, 14.4	99.497	44.884	17.935	6.241	
Rendimentos financeiros capitalizados	14.2	(6.392)	(3.772)	-	-	
Custos de captação capitalizados	16	(26)	-	-	-	
Capitalização de pagamentos baseado em ações (ativo imobilizado)	26.4	-	2.792	-	2.792	
Integralização de capital em controladas com ativo imobilizado	14.4	-	-	49.077	-	
Aumento de capital pela Cemig através de cessão de crédito do						
adiantamento p/futuro aumento de capital na Chipley	13	739.943	-	739.943	-	
Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores	14.2	63.441	226.657	-	-	
Provisão para custos socioambientais	20	14.610	-	-	-	
Pagamentos de empréstimos e notas promissórias com novo financiamento	16	1.000.000	-	-	-	
Pagamentos de juros sobre empréstimos com novo financiamento	16	47.894	-	-	-	

32. Eventos subsequentes

32.1 Quitação das Notas promissórias

No dia 02 de fevereiro de 2015, foram quitadas as notas promissórias emitidas contra oito empresas do LEN 2011 (A-3), no valor total de R\$259.316, sendo R\$251.200 de principal e R\$8.116 de juros.

32.2 Entrada em operação comercial do LEN 2011 (A-3)

No dia 04 de março de 2015, quatro parques, do total de nove, que comercializaram energia no LEN 2011 (A-3) iniciaram a operação comercial. Os parques Ametista, Pilões, Maron e Dourados, com capacidade instalada 117,6 MW foram conectados na mesma linha de transmissão que atende os parques do LER 2009 e LER 2010 (Igaporã II). Os outros cinco parques serão conectados na linha Igaporã III, que está com data de início de operação, de acordo com o Acompanhamento dos Empreendimentos de Transmissão (SIGET) divulgado pela ANEEL, prevista para 12 de agosto de 2015.

Os nove parques do LEN 2011 (A-3 2011) continuam concatenados e o contrato iniciará em até 30 dias após a entrada em operação da linha de transmissão. Do dia 04 de março de 2015 (início da operação comercial) até a data de entrada em operação do contrato, os parques, de acordo com nota técnica emitida pela ANEEL, receberão pela energia efetivamente gerada a preço de contrato.







32.3 Recebimento da 2ª série das debêntures

No dia 21 de janeiro de 2015, foi liquidada a segunda série das debêntures da controlada indireta, Renova Eólica, no valor de R\$ 73.000, sendo o valor corrigido pelo IPCA + juros remuneratórios prefixados de 7,8707% a.a., desde a data de emissão, 15 de novembro de 2014, até a data da liquidação, de R\$ 75.106.

* * *

Carlos Mathias Aloysius Becker Neto Diretor Presidente Pedro V.B. Pileggi Diretor Vice-Presidente de Finanças, Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores

Ricardo de Lima Assaf Diretor Vice-Presidente Jurídico, Regulação e de Relações Institucionais Ney Maron de Freitas Diretor Vice-Presidente de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Reinaldo Cardoso Silveira Contador CRC 014311-0/0-S- SP